

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO DE JANEIRO – SR/07

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO DE JANEIRO - SR/07

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Rio de Janeiro, 31/03/2010

Sumário

<u>1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....</u>	007
<u>2. Objetivos e metas Institucionais.....</u>	008
<u> 2.1. Responsabilidades institucionais da unidade - papel da unidade na execução das políticas públicas.....</u>	008
<u> 2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....</u>	015
<u> 2.2.1. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....</u>	015
<u> 2.2.2. Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.</u>	015
<u> 2.2.3. Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....</u>	016
<u> 2.2.4. Divisão de Gestão Administrativa.....</u>	018
<u> 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....</u>	019
<u> 2.3.1. Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais.....</u>	019
<u> 2.3.1.1. Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária</u>	020
<u> 2.3.1.2. Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....</u>	022
<u> 2.3.1.3. Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....</u>	025
<u> 2.3.1.4. Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....</u>	028
<u> 2.3.1.5. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....</u>	030
<u> 2.3.2. Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....</u>	031
<u> 2.3.2.1. Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....</u>	032
<u> 2.3.2.2. Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....</u>	034
<u> 2.3.2.3. Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....</u>	038
<u> 2.3.2.4. Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....</u>	045
<u> 2.3.2.5. Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....</u>	047
<u> 2.3.2.6. Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária</u>	049
<u> 2.3.2.7. Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.....</u>	051
<u> 2.3.2.8. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....</u>	057

<u>2.3.3. Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....</u>	060
<u>2.3.3.1. Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização de Cadastro Rural.....</u>	061
<u>2.3.3.2. Ação 2114 – Sistema de Cadastro Rural.....</u>	067
<u>2.3.3.3. Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....</u>	069
<u>2.3.3.4. Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....</u>	071
<u>2.3.3.5. Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas.....</u>	072
<u>2.3.3.6. Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....</u>	073
<u>2.3.3.7. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....</u>	074
<u>2.3.4. Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....</u>	077
<u>2.3.4.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....</u>	078
<u>2.3.5. Programa 1120 – Paz no Campo.....</u>	081
<u>2.3.5.1. Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....</u>	082
<u>2.3.6. Programa 1336 – Brasil Quilombola.....</u>	086
<u>2.3.6.1. Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....</u>	087
<u>2.3.6.2. Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....</u>	091
<u>2.3.7. Programa 1350 – Educação no Campo.....</u>	092
<u>2.3.7.1. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....</u>	093
<u>2.3.7.2. Ação 6952 – Concessão de Bolsa de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....</u>	096
<u>2.3.7.3. Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....</u>	098
<u>2.3.7.4. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....</u>	101
<u>2.3.8. Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....</u>	103
<u>2.3.8.1. Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....</u>	104
<u>2.3.8.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....</u>	108
<u>2.3.9. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....</u>	111
<u>2.3.9.1. Ação 2000 – Administração da Unidade.....</u>	112
<u>2.3.9.2. Ação 2003 – Ações de Informática.....</u>	114

<u>2.4. Desempenho Operacional.....</u>	116
<u> 2.4.1. Programação Orçamentária.....</u>	116
<u> 2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO).....</u>	116
<u> 2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....</u>	116
<u> 2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....</u>	149
<u> 2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência..</u>	116
<u> 2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</u>	117
<u> 2.4.2. Execução Orçamentária.....</u>	117
<u> Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....</u>	117
<u> 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação</u>	119
<u> 2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	119
<u> 2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	122
<u> 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.....</u>	124
<u>3. Informações sobre a Composição dos Recursos Humanos.....</u>	126
<u> 3.1 Composição dos Recursos Humanos.....</u>	126
<u> 3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos.....</u>	126
<u> 3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos.....</u>	127
<u> 3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....</u>	130
<u> 3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.....</u>	131
<u> 3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.....</u>	132
<u>4. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....</u>	134
<u>5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....</u>	135
<u>6. Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas) no Exercícios.....</u>	137
<u>7. Previdência Complementar Patrocinada.....</u>	140
<u>8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....</u>	141
<u>9. Renúncias Tributárias.....</u>	142
<u>10. Operações de Fundos.....</u>	143
<u>11A. Recomendação do Órgão ou da Unidade de Controle Interno.....</u>	144
<u>11B. Determinações e Recomendações do TCU.....</u>	145

<u>12. Atos de Adminissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício.....</u>	149
<u>13. Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....</u>	150
<u>14. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a avaliação de Conformidade e do Desempenho de Gestão.....</u>	151
<u>15. Informações Contábeis da Gestão.....</u>	152
<u>16. Indicadores de Gestão.....</u>	153

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro				
Denominação abreviada: INCRA				
Código SIORG: 004032	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373062		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia federal do Poder Executivo				
Principal Atividade: Administração pública em geral	Código CNAE: 84.11-6-00			
Telefones/Fax de contato:	(21) - 2224-6363/4248	(21) 2224-3701		
Endereço eletrônico: cidadania_rj@rjo.INCRA.gov.br				
Página da Internet: http://www.INCRA.gov.br/portal/				
Endereço Postal: Rua Santo Amaro, nº 28 – Glória -				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA				
Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA				
Decreto Legislativo nº 02, 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA				
Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA				
Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Texto (identificação da norma e data de publicação)				
...				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Manual de Obtenção				
Manual de Recuperação Ambiental de Assentamentos				
Manual Operacional de ATES 2008				
Manual do PRONERA				
Manual de Cadastro Rural – Módulo 1 – Recepção e Módulo 2 – Análise				
Manual de Fiscalização Cadastral				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
373062	Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SR-07			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
373062	37201			

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da UG: Códigos no Sistema SIAFI das Unidades Gestoras (UG) que realizaram despesas e/ou receitas em ações vinculadas à UJ durante o exercício;

Código SIAFI da Gestão: Códigos das gestões constantes no Sistema SIAFI associados às despesas e/ou receitas em ações vinculadas à UJ durante o exercício.

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

Conforme o Art. 1º da Portaria MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009, a qual estabelece o Regimento Interno no INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, tem como finalidades:

I - promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.

Além disso, seu Art. 2º define as atividades principais do INCRA , nos termos da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra e legislação complementar:

I - quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº. 4.504/64;

b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;

d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267, de 28 de agosto de 2001;

- f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;
- g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383, de 7 de dezembro de 1976;
- h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102, da Lei nº. 4.504/64;
- i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e
- j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II - quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

- a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
- b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504/64 e da Lei n.º 8.257, de 26 de novembro de 1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III - quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infra-estrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e

d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem como missão prioritária a de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, segundo as seguintes diretrizes:

- Implementar a reforma agrária a fim de promover a democratização do acesso à terra, por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e do gerenciamento da estrutura fundiária do país;
- Implementar a reforma agrária de forma participativa, pela reafirmação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Implementar a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais;
- Implementar a reforma agrária pela busca da qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso à infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes; e
- Implementar a reforma agrária pela destinação das terras públicas, além de demarcar a titular as terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas;
- Gerenciar a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária, mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais.

A despeito dos múltiplos enfrentamentos que afetaram a execução das atividades da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro - SR07/RJ em 2009, desde o reduzido quantitativo do seu quadro de recursos humanos e das suas limitadas dotações orçamentárias, agravadas com os cortes determinados pelo Decreto nº 6.808/09, de 20/05/2009, até fatores climáticos adversos que se abateram sobre o Estado no início do ano, principalmente as fortes chuvas e inundações que castigaram o Município de Campos dos Goytacazes (pólo do Território da Cidadania do Norte-RJ e área de concentração das ações do INCRA nesta Unidade da Federação) – que justificaram vários decretos declarando-o em estado de emergência-, a atuação da Superintendência pautou-se pelo amplo desempenho na perseguição de suas metas, nem sempre devidamente configuradas em sua plenitude, porque nem sempre os indicadores conclusivos das ações finalísticas dos programas, presentes neste Relatório de Gestão, expressam as fases executivas da trajetória e da produção de insumos requeridos para a obtenção dos objetivos de realização da reforma agrária no Estado.

Com efeito, apesar da dependência da aquisição de novos imóveis para a criação de assentamentos, foi possível o cumprimento de 100% da provisão recebida em 2009 para o **Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária**, ou seja, R\$ 33.839,79, tendo sido assentadas **219** (duzentas e dezenove) famílias, atualizando regularmente o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. Destacaram-se também nessa ação a elaboração e a emissão, nos termos da Instrução Normativa nº 70, de **205** (duzentas e cinco) notificações de inconsistências no cadastro de beneficiários.

Por sua vez, no cumprimento da ação de **Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis**, em 2009 foram vistoriadas e/ou avaliadas uma área total de 11.303,7195 ha, apurando-se a realização de vistoria técnica em 10 (dez) imóveis, concluindo-se um total de 5 (cinco) laudos técnicos agronômicos, abrangendo uma área de 2.412,8005 ha – tarefa alcançada a despeito dos vários obstáculos, sobretudo de atrasos na remessa de documentação relativa ao quantitativo de gado, na entrega de certidões cartoriais, de reduzido número de servidores para formação de equipes de cartografia, de mudanças na chefia, entre outros. Ainda assim, foi possível realizar a vistoria de avaliação em 3 (três) imóveis, compondo uma área de 3.691,8795 ha, que, somadas às daqueles laudos, totalizam 6.104,68 ha efetivamente vistoriados – o que propicia uma perspectiva favorável de obtenção de terras para o ano seguinte de 2010.

Em 2009, foram executados R\$ 175.588,36 na ação de **Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária**. No período relacionado, 5 (cinco) licenças foram protocoladas (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares) junto aos órgãos ambientais estaduais.

Diante de uma visão equivocada quanto aos Projetos de Assentamento por parte do INEA – Instituto Estadual de Ambiente, (ex- FEEMA), que fazia exigências de peças técnicas adequadas a Projetos de Loteamentos Urbanos ou Projetos Agropecuários “*strictu sensu*”, intensificaram-se os entendimentos, bem-sucedidos, visando consolidar Termo de Compromisso a fim de dar celeridade ao Processo de Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Estado.

Embora não se tenha alcançado os resultados iniciais esperados na **Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**, muito dependente do preparo de projetos básicos e da contratação legal de obras, a Superintendência Regional avançou na instrumentação dos processos licitatórios, tendo conseguido licitar, ao final de 2009, a execução de 14 (quatorze) poços tubulares profundos, no Projeto de Assentamento Zumbi dos

Palmares, localizado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, em benefício de 506 (quinhentas e seis) famílias e envolvendo o valor de R\$ 1.391.815,00; ou seja, 95% do investimento previsto.

No empenho de cumprir a missão de **Demarcação Topográfica dos Projetos de Assentamento**, a SR-07/RJ logrou cumprir 75 % da meta fixada em Demarcação de Parcelas, atendendo a 122 (cento e vinte e duas) famílias de 3 (três) assentamentos, além dos trabalhos de elaboração dos **Anteprojetos de Assentamentos** para 454 (quatrocentas e cinquenta e quatro) famílias de 8 (oito) assentamentos, bem como de **Demarcação do Perímetro** de 2 (dois) assentamentos com 90 (noventa) famílias. Adicionalmente, no fim de 2009, a Superintendência ainda lançou licitação para a contratação da **Demarcação do Perímetro e de Demarcação do Parcelamento** para 4 (quatro) assentamentos, em benefício de 396 (trezentas e noventa e seis) famílias.

Na implementação das ações de **Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol**, a Superintendência Regional do Rio de Janeiro conseguiu sanear os contratos de execução da Unidade Agroindustrial Sustentável de Cana-de-açúcar para Produção de Açúcar Mascavo, Melado e Rapadura, para beneficiar diretamente 132 (centro e trinta e duas) famílias dos assentamentos contíguos – PA Ilha Grande e PA Che Guevara–, ambos situados no município de Campos dos Goytacazes/RJ, tendo atingido suas etapas finais de execução, além de imprimir gestões junto ao Instituto Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, visando ao estabelecimento de parceria voltada para uma ação conjunta do programa Terra Sol, em benefício de outros assentamentos no Estado.

Entre os principais resultados alcançados nas ações de **Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento**, cabe registrar a superação da meta geral pré-estabelecida com a expedição de 77 (setenta e sete) Títulos de Domínio (TD) e 367 (trezentos e sessenta e sete) Contratos de Concessão de Uso – CCU.

Com relação às ações de **Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas**, os trabalhos da SR-07/RJ tiveram um desenvolvimento considerável, sobretudo em relação aos anos anteriores, sendo significativo que os créditos de Aquisição de Material de Construção e de Recuperação de Materiais de Construção tenham atingido resultados finais de conclusão de 101 (cento e uma) casas construídas e 205 (duzentas e cinco) casas recuperadas, em um total de 306 construções, independentemente da instrução de processos intermediários que registram créditos empenhados em benefício de 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) famílias, sendo 188 (cento e

oitenta e oito) em Aquisição/Material de Construção, 132 (cento e trinta e duas) em Recuperação e 110 (cento e dez) em Apoio.

Não obstante as reduzidas dotações consignadas no programa de **Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas**, foi altamente significativa a expressão alcançada com os trabalhos executados nas ações de **Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**, tanto no que diz respeito às suas repercussões positivas no funcionamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, como no relacionamento interinstitucional com as Prefeituras, seja no sentido de incentivar o aumento da rede de UMC's, como na disseminação de maior conhecimento sobre os manuais de recepção e análise de cadastro, em cursos realizados durante a capacitação ministrada a 37 (trinta e sete) servidores municipais em pólos regionais de UMC's.

Também nas ações relacionadas com a **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**, a participação dos servidores da SR foi expressiva nas oportunidades de treinamento, em geral promovidas pelo órgão central de Brasília, destacando-se o envolvimento, em 2009, de 34 (trinta e quatro) servidores capacitados, com um total de 1.184 hora/aula no ano.

As realizações do Programa **Paz no Campo** tiveram como destaque as ações de **Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas**, no âmbito do **Programa Fome Zero**, que apresentaram, em 2009, um atendimento de distribuição de cestas básicas e rolos de lonas para 13.019 (treze mil e dezenove) famílias acampadas, à espera de acesso à terra pelo Programa de Reforma Agrária.

Dentro do programa **Brasil Quilombola** e em especial nas ações de **Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos**, ainda que não se tenha chegado à marca final de sua meta física finalística após as publicações dos RTIDs – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, com a conclusão da Demarcação e da Titulação das comunidades, no exercício de 2009, o Setor de Quilombos do Rio de Janeiro deu andamento a 14 (quatorze) RTIDs e teve uma Portaria de Reconhecimento publicada, envolvendo suas múltiplas fases elementares, computando-se, ao final, a elaboração de 8 (oito) relatórios antropológicos. A maioria destes foi elaborado por meio de parceria com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF), e outro realizado pelo próprio INCRA. Além disso, houve a definição do território e elaboração de plantas e memoriais descritivos de 4 (quatro) quilombos. Outros procedimentos também deram significação ao trabalho, como o cadastro de famílias em 6 (seis) Quilombos; o início da

elaboração das cadeias dominiais de 3 (três) Quilombos; a publicação de uma portaria; avanço nos estudos de 2 (dois) Quilombos; o reconhecimento de domínio para um quilombo; e a emissão do Decreto Presidencial de Interesse Social para dois quilombos.

Inscreve-se como destaque do programa **Educação no Campo** a superação dos problemas de convênio com a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro na execução de curso de EJA – Educação de Jovens e Adultos realizado em 2008 e a preparação de propostas de atuação em parceria com a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, preconizando vários cursos, entre eles, um Curso Superior de Formação de Professores pela própria UFRRJ, para 60 (sessenta) alunos, aprovado na CPN – Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA, com instrução para DESTAQUE.

As realizações alinhavadas nessas considerações introdutórias procuram, ainda que sinteticamente, oferecer uma resumida visão do alcance dos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência, demonstrando o empenho no cumprimento dos seus encargos de execução da Reforma Agrária no Estado, cuja exposição circunstanciada segue adiante no detalhamento das ações de cada programa de atuação nesta Regional.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Sob a responsabilidade da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária estão dois programas e suas respectivas ações, a saber: Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas; Programa 1336 - Brasil Quilombola.

Conforme está demonstrado nas planilhas que representam as metas físicas, o Programa 1336 - Brasil Quilombola é o programa que mobiliza o maior montante de recursos e a maior parte de nossas metas físicas ao longo do exercício de que trata o presente relatório e foi a ação estratégica da Divisão. Focamos nossa gestão na aceleração de processos, racionalização de procedimentos e com foco último na persecução das metas físicas.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

No ano de 2009, assim como nos anteriores, as ações de obtenção de terras concentraram-se em atender as indicações dos movimentos sociais atuantes no Estado. Tal estratégia não se tem mostrado muito eficiente, haja vista os resultados obtidos.

Quanto ao cadastramento e seleção de famílias, ação que tem relação direta com a ação de obtenção de imóveis rurais, foram homologadas 219 (duzentas e dezenove) famílias, principalmente em lotes retomados e em reconhecimento de Assentamentos não criados pelo INCRA, além de 205 (duzentas e cinco) notificações de inconsistências em cadastro de beneficiários.

Quanto ao licenciamento, a Divisão concentrou esforços na obtenção de licenciamento e ações de manejo e recuperação ambiental dos Projetos de Assentamento, ressaltando que o passivo da Superintendência neste item era muito grande.

Existe um protocolo de intenções acordado com a OEMA¹ (INEA – Instituto Estadual do Ambiente – antiga FEEMA) de licenciar todos os Projetos de Assentamento já criados até o ano de 2010. Este protocolo tem surtido efeitos bem razoáveis desde 2008. Como resultado, em 2009 foram expedidas 7 (sete) Licenças de Instalação.

Minuta de um Termo de Ajuste de Conduta chegou a ser elaborada pelo INCRA/INEA. Entretanto, este documento preliminar não foi assinado por impedimento do setor jurídico do

¹ - Órgão Estadual de Meio Ambiente.

INEA, que acenou com um TCT (Termo de Cooperação Técnica), ainda em discussão. Está também se discutindo um TCT com a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, visando Levantamentos e Inventários Florestais e Estudos de Solos. Alguns Convênios estão sendo esboçados:

- Associação Mico-Leão-Dourado – Encontra-se em revisão os Termos Preliminares de um Convênio para Recuperação da Cobertura Vegetal dos PA's situados no Entorno da REBIO Poço da Antas;
- Fundação Darcy Ribeiro – Encontra-se em elaboração os Termos Preliminares de um Convênio para a Recuperação das APP's e RL's dos PA's Celso Daniel, São João Batista, 25 de Março e Capelinha; entretanto, nenhum deles teve efetivação em 2009.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Constituem atribuições da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento um amplo espectro de ações que se discriminam a seguir por seus correspondentes programas:

- Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

- ação 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas;
- ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol;
- ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

- Programa 1350 – Educação no Campo

- ação 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo *Dados gerais da ação*;
- ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social;
- ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

- Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura;

- ação 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

A responsabilidade primordial da atuação da Divisão de Desenvolvimento, a par de implementar suas múltiplas ações nos programas a seu cargo, consistiu em resgatar, em 2009, a tarefa de qualificação dos assentamentos antigos ou criados no exercício, com foco e prioridade na concessão do Crédito de Instalação Inicial para os assentamentos mais novos e, em especial, do Crédito para Aquisição de Materiais de Construção ou o Crédito de Recuperação de Materiais de Construção, preferencialmente para os assentamentos com parcelamento já implantados e licenças ambientais concedidas.

Seguindo-se as linhas de prioridades, houve incremento das atividades de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, mediante avanços nos contratos de ATES iniciados em 2008, com término em agosto de 2009, assim como o desencadeamento do processo de licitação para a continuidade das atividades de ATES no segundo semestre de 2009 e sua projeção para 2010. Em paralelo, as ações prioritárias concentraram-se em esforços na Implantação e Recuperação da Infraestrutura Básica dos Projetos de Assentamento, envolvendo a implantação de obras de estradas, construção de poços e expansão da execução, nos assentamentos, do Programa Luz para Todos, buscando substituir, por meio de contratos, os convênios menos exitosos iniciados em 2008 e viabilizar a concretização dos investimentos licitados também em 2008, mediante providências de superação dos percalços que vieram a se apresentar na execução de 2009.

A estratégia adotada preocupou-se ainda, de forma destacada, em levar avante a implantação de Agroindústria de beneficiamento de cana-de-açúcar na região canavieira do norte fluminense do Estado, empenhando-se em sanear os procedimentos contratuais iniciados em 2008 para o estabelecimento de condições mais satisfatórias para sua concretização, ao mesmo tempo em que se investiu em articulações de parceria com o órgão de terras do Estado a fim de agilizar novos empreendimentos agroindustriais requeridos em diferentes assentamentos.

Também com destacado sentido de prioridade, a estratégia preocupou-se em imprimir novo curso às ações do programa Educação no Campo, buscando, em 2009 – mediante a alternativa da modalidade de Contrato – o caminho adequado para a superação legal dos óbices encontrados para reeditar, por Convênios, a atuação encerrada em meados de 2008; ao final conseguiu-se a retomada das ações por meio de convênio, diante da decisão do TCU de

suspender as restrições antes exigidas a esse instrumento, tendo sido possível lograr a aprovação do Curso de Nível Médio/Técnico nessa condição.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração tem como responsabilidades as seguintes atividades: coordenar, supervisionar e solucionar pendências atinentes ao exercício e a exercícios anteriores, no que diz respeito a ações que envolvem recursos humanos, contabilidade, orçamento e finanças, especialmente os contratos administrativos, quanto a sua formalização, prorrogações de vigência contratual e repactuações.

No ano de 2009 houve a seguinte priorização: solucionar as pendências administrativas de exercícios anteriores.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Obtenção.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária – Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária, especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de Assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família assentada (unidade)	630	219	0	34,76%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 25.200,00	R\$ 33.840,19	R\$ 33.840,19	100,0%	R\$ 33.839,79	100,0%	R\$ 33.839,79	100,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

A Ação de **Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa de Reforma Agrária**, também inserida no Programa 0137, tem por objetivo principal identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, bem como atualizar o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. No âmbito desta Superintendência Regional, a ação executou 100% da provisão recebida, ou seja, R\$ 33.839,79 no ano de 2009, tendo assentado **219** (duzentas e dezenove) famílias.

a) **Principais resultados - Cumprimento das metas físicas:** As ações relativas às demandas da IN 70 foram realizadas com os recursos previstos para esta Ação. Assim, além da meta realizada, foram elaboradas **205** (duzentas e cinco) notificações de inconsistências em cadastro de beneficiários.

b) **Principais Problemas:** O resultado percentual da meta realizada está ligado ao percentual da execução física da meta da Ação de Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária. Portanto, quando a execução da meta física de Obtenção é baixa, a meta de cadastramento e seleção de famílias fica sem possibilidade de atingir o patamar esperado.

c) **Contratações e Parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	30.800,0000	6.104,6800	1405,1700	19,8%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 105.000,00	R\$ 130.841,67	R\$ 130.741,67	99,9%	R\$ 127.669,43	97,6%	R\$ 127.669,43	97,6%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

A ação de **Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis** é fundamental e imprescindível para que a ação de obtenção de terras propriamente dita possa ser realizada. A maior parte dos recursos destinados a esta ação são para o desenvolvimento de atividades de

campo, para a efetivação das vistorias; porém, ações como Imissão na Posse, bem como para Perícias Judiciais, fazem parte da alocação de recursos por meio desta ação.

a) Principais resultados: O total de áreas vistoriadas e avaliadas em 2009 foi de 11.303,7195 ha, tendo sido efetivamente realizada vistoria em 10 (dez) imóveis, dos quais somente 5 (cinco) laudos foram concluídos no exercício, referente a uma área de 2.412,8005 ha, devido a problemas diversos, tais como: atrasos na remessa de documentação relativa ao quantitativo de gado, certidões cartoriais, reduzido número de servidores para formação de equipes de cartografia, mudanças na chefia, entre outros. Foram realizadas vistorias de avaliação em 3 (três) imóveis rurais, referente a uma área de 3.691,8795 ha, totalizando 6.104,68 ha efetivamente vistoriados.

Cumpre destacar ainda, que tal ação, para além do objetivo precípua de identificação de novas áreas para desapropriação, tem também o objetivo de fiscalização do cumprimento da função social das propriedades vistoriadas, contribuindo assim para: elevação da qualidade da produção no campo; combate ao trabalho infantil e escravo; cumprimento da legislação ambiental; e manutenção da paz no campo.

QUADRO I - ÁREA VISTORIADA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES			
Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
54180.000613/2008-61	Fazenda Sítio São José	Valença	353,6387
54180.000350/2009-71	Fazenda Chaminé e Portolândia	Silva jardim	1.792,2000
		Campos dos	
54180.001128/2008-12	Fazenda Opinião	Goytacazes	543,1000
54180.001181/2008-13	Fazenda Pedras Altas	Petrópolis	215,4850
		Bom Jesus do	
54180.000602/2008-81	Fazenda São José	Itabapoana	624,5000
54180.000801/2009-70	Fazenda São Roberto	Piraí	365,4000
54180.000804/2009-11	Fazenda Santana e São José	Miguel Pereira	1.030,0000
54180.000839/2009-42	Fazenda Engenho Velho	Maricá	450,6000
54180.000840/2009-77	Fazenda Santana	Valença	837,0000
54180.000803/2009-69	Fazenda Ilha das Garças	Guapimirim	491,1000
54180.001025/2009-25	Fazenda Boa Vista	Cambuci	1.124,3000

QUADRO II - ÁREA VISTORIADA PARA AVALIAÇÃO			
Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)
54180.001752/2005-69	Fazenda Bom Jardim	Macaé	1.650,0000
54180.000246/2009-86	Fazenda São Domingos	Itaperuna	710,4287
54180.000425/2009-13	Fazenda São Paulo	Valença	1.331,4508

Cumprimento das metas físicas: No ano de 2009, as ações de obtenção de terras buscaram atender a demanda por novas vistorias solicitadas pelos movimentos sociais atuantes no Estado. Desta forma, a Divisão de Obtenção de Terras realizou vistorias de imóveis rurais por diversas regiões do Estado, além da vistoria de avaliação de 3 (três) imóveis rurais.

b) Principais Problemas: Morosidade nos processos de desapropriação de imóveis rurais; elevação dos preços das terras devido à especulação imobiliária associada à não correção dos índices de produtividade; morosidade na criação dos Projetos de Assentamento e na aplicação de recursos, devido a restrições ambientais e pessoal especializado; dificuldade de aplicação do planejamento operacional interno em função da imposição de demandas externas imperiosas; oferta de terras inadequadas à reforma agrária; dificuldade de realização da aquisição por meio da modalidade compra e venda.

c) Contratações e Parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	12	5	7	41,7%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 192.817,00	R\$ 194.425,16	R\$ 194.425,16	100,0%	R\$ 175.588,36	90,3%	R\$ 175.588,36	90,3%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** A ação de **Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária** também está inserida no Programa 0137, sendo que, em 2009, foram executados R\$ 175.588,36 nesta ação. No período relacionado, 5 (cinco) licenças foram protocoladas (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares) junto aos órgãos ambientais estaduais.

Apesar desta ação aparentemente fazer parte das áreas de desenvolvimento (Programa 0137), parte dela dá-se no processo de licenciamento ambiental das áreas a serem obtidas para fins de Reforma Agrária, tendo em vista a legislação ambiental atual, que determina que os assentamentos de Reforma Agrária obrigatoriamente tenham que ter Licença Prévia – LP para serem constituídos.

Evolução do Licenciamento Ambiental

O Processo de Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Rio de Janeiro teve início no ano de 2000, em resposta a uma notificação de multa emitida pelo OEMA (FEEMA-Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, atual INEA-Instituto Estadual do Meio Ambiente) da regional de Campos dos Goytacazes ao INCRA, pela implementação do PA Zumbi dos Palmares sem o devido licenciamento do projeto.

A partir de então, o INCRA/SR-07 passou a solicitar o licenciamento ambiental de seus Projetos de Assentamento e Imóveis em Obtenção junto à FEEMA.

O Processo de Licenciamento no Estado passou por períodos de difícil entendimento entre os órgãos envolvidos. O INCRA muitas vezes enviou solicitações de licença sem as “devidas peças técnicas”; enquanto a FEEMA, dentro de uma visão equivocada de Projeto de Assentamento, fazia exigência de peças técnicas adequadas a Projetos de Loteamentos Urbanos ou Projetos Agropecuários “*strictu sensu*”.

Nesta conjuntura, pouco se avançou: até 2007, foram solicitadas 50 (cinquenta) licenças – 46 (quarenta e seis) LP's e 04 (quatro) LI's - e foram expedidas apenas 05 (cinco) licenças – 04 (quatro) LP's e 01 (uma) LI.

A partir de 2008 foram estabelecidos novos entendimentos interinstitucionais, que resultaram num Termo de Compromisso verbal de celeridade no Processo de Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, com ampliação de quadro técnico da OEMA e definição de equipe específica de acompanhamento e fiscalização de Projetos Agropecuários, em geral, e de Assentamento, em particular.

b) Principais Problemas: Morosidade e dificuldade na obtenção de licenciamento; falta de regulamentação da cobrança obrigatória do passivo ambiental; custo elevado das taxas de vistoria exigidas pelo órgão ambiental; ausência de PDA (Projeto de Desenvolvimento de Assentamento) tem dificultado a expedição da LIO; não cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos projetos de assentamento, principalmente no tocante à averbação da reserva legal, à obtenção da outorga e à construção de fossa séptica.

Houve também dificuldades na obtenção da Declaração da Prefeitura Municipal informando que o local e o tipo de instalação (PA) estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

Há, igualmente, falta de pessoal com conhecimento técnico para elaborar ou mesmo orientar a elaboração de projetos básicos de engenharia civil.

Outrossim, deve-se considerar a demora no repasse de áreas do INCRA para o IBAMA com vistas à emissão da certidão de compensação ambiental e lentidão da Procuradoria Federal Especializada para solucionar o problema. Além disso, a legislação ambiental do Estado do Rio de Janeiro não diferencia assentamentos de empreendimentos comerciais e industriais.

c) Contratações e Parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Obtida (hectares)	3.557,0000	0,0000	0	0,0%

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009		Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(f)	% (h=g/b)		
R\$ 8.490.614,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%		

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** Não houve resultados referentes a esta ação no ano de 2009; entretanto, as ações desencadeadas, referentes à vistoria e avaliação de imóveis rurais, muito provavelmente surtirão efeitos no exercício seguinte.

b) **Principais Problemas:** Morosidade nos processos de desapropriação de imóveis rurais; elevação dos preços da terra devido à especulação imobiliária associada à não correção dos índices de produtividade; dificuldade de aplicação do planejamento operacional interno em função da imposição de demandas externas imperiosas; oferta de terras inadequadas à reforma agrária; dificuldade de realização da aquisição por meio da modalidade compra e venda; índices de produtividade rural desatualizados. E, principalmente, falta de continuidade nas ações,

dificultando o andamento dos procedimentos quando um novo servidor assume a responsabilidade, ou provocando ineficiência e ineficácia no seu cumprimento.

c) **Contratações e Parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	*****	*****	*****	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(f)	% (h=g/b)
R\$ 619,00	R\$ 34.085,44	R\$ 34.085,44	100,0%		R\$ 23.222,84	68,1%	R\$ 23.222,84	68,1%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Os recursos dispendidos nesta ação foram para fazer frente, principalmente, a despesas com deslocamento de servidores (diárias e transporte) para realização de reuniões, fiscalizações, pré-vistorias, pesquisas cartoriais, entre outros.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (unidade)	275	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(f)	% (h=g/b)
R\$ 1.512.320,00	R\$ 1.442.415,32	R\$ 1.442.415,32	100,0%		R\$ 50.600,00	3,5%	R\$ 50.600,00	3,5%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** A Superintendência Regional do Rio de Janeiro não conseguiu cumprir sua meta em 2009 pela demora na concretização do processo licitatório para contratação de empresa para executar as obras de infraestrutura necessárias nos assentamentos sob sua jurisdição. A Superintendência, por meio de processo licitatório (Processo Administrativo 54180.00440/2009-61), firmou contrato, no valor de R\$ 1.391.815,00 em 23 de

dezembro de 2009 para execução de 14 (quatorze) poços tubulares profundos, no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana RJ – projeto que beneficiará 506 (quinhetas e seis) famílias assentadas. Isto representa 96,5% do teto de investimento financeiro previsto na ação. Ao final da obra, cujo término está previsto para junho de 2010, 506 (quinhetas e seis) famílias serão efetivamente beneficiadas.

b) Principais Problemas: O principal problema para a execução desta ação foi a morosidade da tramitação do processo licitatório após a apresentação da demanda pelo setor técnico responsável. Decorreram 8 (oito) meses para que o contrato fosse assinado; com isso a meta física não pôde ser alcançada no exercício.

É fator de extrema limitação para o sucesso da execução de implantação de obras de infraestrutura nos Projetos de Assentamento a carência de servidores Engenheiros Civis na Superintendência do Rio de Janeiro.

c) Contratações e Parcerias: No exercício em apreço, o orçamento da ação foi esgotado em um único evento licitatório, executado por meio do Processo Administrativo 54180.00440/2009-61, no qual a empresa vencedora, Hidropoços LTDA (CNPJ – 171300.096/0001-06) firmou contrato, no valor de R\$ 1.391.815,00, em 23 de dezembro de 2009, para execução de 14 (quatorze) poços tubulares profundos.

d) Transferências: Experiências de exercícios anteriores demonstraram também que a opção de execução da ação via transferência para os municípios de localização dos assentamentos tem apresentado uma série de entraves, que comprometem o alcance das metas, a saber:

- Na formalização, por insuficiência na documentação;
- Na execução, por falta de corpo técnico especializado nas prefeituras;
- Na prestação de contas, por inobservância da IN/STN 01/97, incluindo prazos e documentação, levando-se por vezes à Tomada de Contas Especial.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família atendida (unidade)	413	163	36	39,5%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 215.967,00	R\$ 165.000,00	R\$ 165.000,00	100,0%	R\$ 44.867,76	27,2%	R\$ 44.867,76	27,2%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** Os principais encargos do programa de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento corresponderam, em 2009, às subaçoes de: 0095 – Elaboração de Anteprojeto de Parcelamento; 0096 – Demarcação de Perímetros; e 0097 – Demarcação de Parcelas, com a previsão de cumprimento da meta de 413 (quatrocentas e treze) famílias com dotações R\$ 342.208,00, posteriormente reduzidas, em maio/2009, para R\$ 215.967,00, dos quais a SR recebeu R\$ 165.000,00. Esse valor, correspondente a 48,22% da proposta inicial, proporcionalmente equivale a uma meta física de 199 (cento e noventa e nove) famílias, que melhor se aproxima da meta de 163 (centro e sessenta e três) famílias, consignada no próprio Caderno de Metas

Ao longo de 2009, o cumprimento de metas incluiu os seguintes resultados:

a.1 - foram elaborados os **Anteprojetos de Parcelamento**, por execução direta do INCRA, para 8 (oito) Assentamentos, beneficiando **454** (quatrocentas e cinquenta e quatro) famílias, conforme discriminados abaixo:

- PA Paz na Terra.....73 famílias
- PA Terra Conquistada.....11 famílias
- PA Osiel Alves35 famílias
- PA 25 de Março.....50 famílias
- PA Santo Amaro.....40 famílias
- PA Dandara dos Palmares.....25 famílias
- PA Pref. Celso Daniel.....188 famílias
- PA Fazenda do Salto.....32 famílias

a.2 - No mesmo período, foi executada a **Demarcação de Parcelas** de 3 (três) Assentamentos, mediante execução direta do INCRA, beneficiando **122** (cento e vinte e duas) famílias, conforme indicados abaixo:

- PA 25 de Março50 famílias
- PA Santo Amaro40 famílias
- PA Fazenda do Salto32 famílias

a.3 - Em 2009, foi concluída, por execução direta do INCRA, a **Demarcação do Perímetro** de 2 (dois) Projetos de Assentamento, beneficiando **90** (noventa) famílias, conforme se segue:

- PA 25 de Março50 famílias
- PA Santo Amaro40 famílias

Ainda em 2009, foi lançada a licitação para execução indireta de **Demarcação do Perímetro** e de **Demarcação do Parcelamento** para 4 (quatro) dos assentamentos estudados, prevendo-se a demarcação do perímetro de seus imóveis em um total de 4.548 ha, e a demarcação de **396** (trezentos e noventa e seis) parcelas das famílias de assentamentos, prioritariamente dos seguintes Projetos de Assentamentos: PA Terra Conquistada; PA Dandara dos Palmares; PA Pref. Celso Daniel; e PA Paz na Terra.

A referida licitação, já com o contrato CRT 13.000/09 assinado com a firma vencedora do certame em 11/12/2009, não obstante ocorrido no período de encerramento do exercício, criou as bases para rápida retomada de sua execução em 2010 – revelando-se um expressivo resultado de ampliação da capacidade operacional da Superintendência, em continuidade ao cumprimento das ações de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Por si só, o atendimento de 122 (cento e vinte e duas) famílias com a ação direta de demarcação das parcelas dos assentamentos citados em “a.2” já representa um índice de destaque no cumprimento de Metas da Ação, ou seja, 74,85% de 163 (centro e sessenta e três) famílias, especialmente por viabilizar a localização de lotes para construção de casas, mediante a concessão dos créditos de Aquisição de Materiais de Construção e de Recuperação de Materiais de Construção.

Outro destaque, de bom resultado, foi o parcelamento emblemático do PA Fazenda do Salto, em Barra Mansa/RJ, cuja demarcação dos lotes de divisão da área – antes ocupada de forma coletiva –, permitiu equacionar antigos impasses da comunidade quanto às formas de exploração do projeto.

b) **Principais Problemas:** Exceto as dificuldades de conciliação dos problemas decorrentes das ocupações anteriores ao projeto de parcelamento do PA Fazenda do Salto e a limitação de quantitativos de pessoal para execução dos serviços de demarcação, a atividade desenvolveu-se sem maiores obstáculos.

c) **Contratações e Parcerias:** As parcerias envolvidas na ação restringem-se ao contrato CRT 13.000/09 acima citado, cujo valor, de R\$ 152.230,70, objeto do empenho inicial nº 2009NE900403, deverá ter seqüência no exercício seguinte, mediante adequado comprometimento em créditos próprios de 2010, consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do INCRA pela Lei Orçamentária Anual – porque ele só foi celebrado no fim de 2009. Essa contratação já estava preparada desde maio de 2009, ficando sobreposta por algum tempo devido a uma súmula da AGU que não permitia a contratação de serviços de agrimensura, restrição que só foi superada tarde. Se os serviços previstos na referida contratação, que era de demarcação de 396 (trezentas e noventa e seis) famílias, tivessem se iniciado em meados do ano de 2009, a meta de 163 (centro e sessenta e três) famílias teria sido largamente ultrapassada.

d) **Transferências:** Não houve.

e) **Cumprimento das metas físicas:** Consideradas como metas físicas tão somente o cumprimento finalístico de parcelas demarcadas, ou seja, o atendimento de 122 (cento e vinte e duas) famílias, assinalado acima em “a.2”, comparado com a previsão de 163 (centro e sessenta e três) famílias do Caderno de Metas, o resultado do índice, **74,85%**, revela-se altamente satisfatório, especialmente levando-se em conta o alcance de outras ações desenvolvidas.

f) **Ações que apresentaram problemas de execução:** Não consta.

g) **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** O parcelamento do PA Fazenda do Salto.

h) **Ações Prioritárias na LDO:** O próprio Parcelamento como condição para viabilizar a implantação de infraestrutura nos assentamentos.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada (unidade)	0	0	396	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 239.429,99	R\$ 239.429,99	100,0%	R\$ 138.747,33	57,9%	R\$ 138.747,33	57,9%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

No exercício de 2009, as atividades da ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, no âmbito da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, concentraram-se principalmente na implantação de uma Unidade Sustentável de Cana-de-açúcar para Produção de Açúcar Mascavo, Melado e Rapadura, para beneficiar diretamente 132 (cento e trinta e duas) famílias dos assentamentos contíguos ao PA Ilha Grande e PA Che Guevara, ambos situados no município de Campos dos Goytacazes/RJ, além de gestões junto ao Instituto Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, visando ao estabelecimento de parceria voltada para uma ação conjunta do programa Terra Sol em benefício de outros assentamentos no Estado.

A Unidade Agroindustrial de Ilha Grande/Che Guevara constituiu a continuidade de atuação formalmente iniciada na Tomada de Preços TP/INCRA/SR(07)Nº 01/08, e no contrato de construção de suas obras civis nº CRT 6.000/08, de 29/08/2008, bem como no contrato de fornecimento de seus equipamentos nº CRT 6.000/09, originário do Pregão Eletrônico nº 13/08, atuação que terá continuidade em 2009 e 2010.

I - UNIDADE AGROINDUSTRIAL DE ILHA GRANDE

a) Principais resultados:

a.1 - agroindústria de açúcar mascavo/obra civil -

– em 2008, após a licitação, a obra foi executada em 16,08% do valor do contrato (R\$ 271.399,65), correspondente aos serviços preliminares e fundações;

– em 2009, a primeira firma contratada concluiu mais 5,37% do serviço, e teve o contrato rescindido unilateralmente pelo INCRA;

– após um período de instrução legal do processo administrativo, foi realizada a recontratação da obra com a empresa 2ª colocada no certame licitatório (art. 24 da Lei n 8.666/93), celebrando-se o contrato em agosto de 2009, com vigência até 2010, com vencimento, após aditivo de prorrogação, em 04/06/2010 – tendo sido corrigido o valor do novo contrato, com base nos preços de junho de 2009, para R\$ 225.884,75, correspondente a 78,27%

das obras complementares remanescentes a executar. Em 2009, a nova construtora executou o equivalente a 89,91% do valor de seu contrato, sendo que a parcela de 33,66% foi paga em janeiro de 2010, prevendo-se o fechamento do contrato da obra civil no primeiro semestre de 2010.

a.2 - agroindústria de açúcar mascavo/equipamentos

– em 2009, pelo contrato de fornecimento dos equipamentos, firmado no 1º trimestre de 2009, a contratada providenciou a fabricação dos equipamentos, procedendo a uma primeira entrega em meados de 2009, abrangendo o equivalente a 30,44% de seu valor total contratado: R\$ 110.000,00; mas aqueles foram parcialmente rejeitados por imperfeições e inconformidades, não se incluindo nessa entrega a montagem da fornalha e da caldeira – não tendo sido feitos pagamentos em 2009, porquanto só possível com a entrega total dos serviços e equipamentos.

b) Principais Problemas:

b.1 - agroindústria de açúcar mascavo/obra civil –

Duas questões principais afetaram a execução regular do cronograma de obras de construção da agroindústria:

- a primeira decorre de fatores climáticos atípicos e imprevisíveis que ocasionaram amplas inundações no município de Campos dos Goytacazes, dando motivo à edição de decretos que declararam o município em estado de emergência entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009;
- a segunda diz respeito à fragilidade financeira e organizacional da primeira empresa contratada para fazer frente aos desafios do serviço e ao seu endividamento na praça local, configurando-se inadimplência no âmbito do contrato, que foi rescindido unilateralmente pelo INCRA, inclusive em face da paralisação das obras sem justificativa.

Não obstante as circunstâncias, o INCRA adotou as medidas administrativas requeridas para a retomada das obras, promovendo a instrução legal do processo administrativo adequado para a recontratação da firma colocada em 2º lugar no certame licitatório inicial, inclusive mediante a mobilização dos recursos necessários do orçamento de 2009.

b.2 - agroindústria de açúcar mascavo/equipamentos

Entretanto, o consumo de tempo requerido para a recontratação da obra e o tempo necessário para o avanço na construção em novas bases gerou, independentemente da vontade do INCRA e da contratada, relativo atraso na habilitação da edificação para receber, de forma completa, os equipamentos contratados, ainda que sem prejuízo ao INCRA. A fornecedora dos referidos equipamentos também não conseguiu concretizar a entrega integral dos equipamentos e serviços contratados, sendo que a totalidade dos encargos da parte do INCRA encontram-se concluídos, prevendo-se a conclusão completa e regular do empreendimento no primeiro trimestre de 2010.

c) Contratações e Parcerias:

CONTRATOS

c.1 - Contrato CRT 6000/08 – Obra Civil

- firmado com a firma Tecnopav – Indústria e Construções Ltda.
- valor do contrato: R\$ 271.399,65 – Nota de Empenho 2008NE9000252, de

07/08/2008

- valor pago em 2008: R\$ 43.645,66
- valor pago em 2009: R\$ 14.636,59

c.2 - Contrato CRT 7000/09 – Obra Civil

- valor do contrato: R\$ 225.724,56 – Nota de Empenho 2009NE900215
- valor pago em 2009: R\$ 126.747,73

c.3 - Contrato CRT 6000/09 – Fornecimento de Equipamentos

- Valor do contrato: R\$ 110.000,00 - Notas de Empenho 2008NE900523, 2008NE900524 e 2008NE900525
- valor pago em 2009: R\$ 0,00.

PARCERIAS

c.4 - EMBRAPA Agroindústria de Alimentos

A iniciativa de promover a implantação da Unidade Agroindustrial no PA Ilha Grande, cuja concepção contou com ampla adesão participativa da comunidade do assentamento, foi incluída como ação prioritária da Divisão de Desenvolvimento da SR07/RJ, adotando-se as providências de sua inclusão na programação orçamentária da Superintendência com apoio dos órgãos centrais do INCRA, dando origem, com os adequados procedimentos de licitação, à contratação da correspondente obra e do fornecimento dos equipamentos.

Essa proposta faz parte de um contexto de atuação por parceria interinstitucional, com o propósito de oferecer uma oportunidade de agregação de valor à produção de cana-de-açúcar pela agricultura familiar da região canavieira do norte fluminense, sem dependência das grandes usinas locais, em uma ação em que estão articulados, entre outros, a EMBRAPA Tecnologia de Alimentos – que já colabora desde 2005 com ações diretas de capacitação e organização das famílias assentadas – bem como com as entidades representativas das comunidades dos dois projetos de assentamento, o PA Ilha Grande e o PA Che Guevara.

c.5 - APRUFIG E APRUMAB

Aliada àquela colaboração institucional, a iniciativa do INCRA conta com a colaboração efetiva de parceria da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Ilha Grande – APRUFIG e da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa – APRUMAB (PA Che Guevara), que estão formalmente comprometidas com os objetivos do projeto e deverão assumir o controle da indústria em sua fase de operação, assim como do fornecimento de matéria-prima dos assentamentos que representam.

d) Transferências:

d.1 - TRANSFERÊNCIAS EM CONTRATOS

As transferências de recursos no projeto da Agroindústria Ilha Grande correspondem aos valores de contrato discriminados no item acima, c.1 a c.3 – CONTRATOS.

d.2 - TRANSFERÊNCIAS EM PARCERIAS

Não estão envolvidos recursos de repasse nas ações das parcerias citadas.

Não consta a destinação de recursos em destaque orçamentário vinculado ao empreendimento, atuando cada entidade com recursos próprios, sem ônus para o INCRA, devendo-se prever, no futuro, a mobilização regular de assistência técnica à operação e à comercialização da agroindústria

OUTROS IMPACTOS NA EXECUÇÃO FÍSICA

II – OUTRAS UNIDADES AGROINDUSTRIAS

A implantação de agroindústrias e o acesso aos demais benefícios previstos nas ações do projeto 4320 – TERRA SOL constituem objeto de crescente demanda de muitos assentamentos sob a jurisdição desta Superintendência Regional, tornando algumas propostas inadiáveis ante as fortes reivindicações das comunidades dos assentados, entre as quais, destacam-se: pleitos de instalação de uma fábrica de farinha no Núcleo V, do PA ZUMBI DOS PALMARES, criado na década de 90 e situado no município de Campos dos Goytacazes/RJ, ocupando parte dos 8.005,29 ha do PA e beneficiando as 145 (cento e quarenta e cinco) famílias daquele núcleo e, indiretamente, o conjunto das 506 (quinhetas e seis).famílias do PA; bem como de um entreposto de comercialização de mel no PA ROSELI NUNES, situado no município de Piraí/RJ, assentamento com área de 1.034,31ha e 45 (quarenta e cinco) famílias, criado em 2007.

Para suprir as dificuldades de reduzido quadro de pessoal disponível nesta Superintendência Regional para elaboração de projetos básicos e de fiscalização de obras, em 2009 foram iniciados entendimentos e estudos específicos com o ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro com vistas a mobilizar sua colaboração no atendimento das demandas desses dois projetos, o que resultou na apresentação, por aquele Instituto, no início de 2010, de Plano de Trabalho e proposta de Convênio, ora em exame nesta Superintendência, cujos projetos deverão ser submetidos aos órgãos centrais do INCRA, para a obtenção dos recursos necessários à sua execução com o orçamento de 2010.

COMENTÁRIOS RELATIVOS ÀS METAS FÍSICAS, PROBLEMAS, FORMAS DE SUPERAÇÃO E PRIORIDADES

Embora não tenha sido registrada formalmente qualquer meta física da ação Terra Sol no Caderno de Metas da PO 2009 aprovado, a proposta de Meta Estratégica da PO 2009 da SR07/RJ contemplava como meta física 239 (duzentas e trinta e nove) famílias, correspondendo à previsão orçamentária de R\$ 321.870,00, sendo que R\$ 91.870,00 em despesas correntes e R\$ 230.000,00 em despesas de capital. A proposta previa, dentro desse total, beneficiar 132 (cento e trinta e duas) famílias em 2009 com a implantação da Agroindústria do PA Ilha Grande, que permaneceu como meta física do exercício, em face dos compromissos contratualmente assumidos, conforme os dois contratos já firmados: de obra e o de equipamentos e com base nos saldos inscritos em restos a pagar do orçamento de 2008. Ao longo de 2009, não obstante a

implantação incompleta das obras e da entrega parcial dos equipamentos não tivesse configurado o integral atendimento das famílias beneficiárias dos dois assentamentos, ficou caracterizada em 100% a continuidade da contratação das firmas encarregadas das obras e de fornecimento do maquinário, seja pela manutenção dos contratos, sua rescisão e recontratação e termos aditivos de prorrogação, cumprindo-se proporcionalmente o equivalente, no mínimo, a 80% da proposta inicial da meta física.

Não foram observados problemas relacionados às questões orçamentárias e financeiras. Os problemas ocorridos em virtude de fatores climáticos adversos, inadimplência da primeira firma contratada para as obras, recontratação da empresa classificada em 2º lugar na licitação e as questões de prorrogação de prazos foram devidamente contornados com adequados procedimentos administrativos e jurídicos, o que ensejará um resultado satisfatório no decorrer de sua conclusão em 2010, quando já se terá colhido os frutos da experiência pioneira que demandou diferentes adaptações executivas do projeto, criando um acervo experimental útil à continuidade e à implementação das demais ações do Terra Sol.

Revelaram-se também promissoras as articulações de parceria com a EMBRAPA e, particularmente, com o ITERJ, que propiciarão o desenvolvimento de novos projetos no âmbito da ação do Terra Sol, com prioridade para os citados projetos em implantação e os contemplados no Plano de Trabalho a ser executado em parceria com o ITERJ.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Documento de Titulação expedido (unidade)	69	266	370	385,5%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	100,0%	R\$ 10.000,00	100,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** O Caderno de Metas, representativo da PO 2009 aprovada, registra como meta genérica da Ação o montante de 69 (sessenta e nove) títulos expedidos

Compreendem as atividades básicas da Ação de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento:

- expedição de documentos relativos à Concessão de Uso – CCU;
- expedição de documentos relativos à Titulação Definitiva –TD (Título de domínio);
- expedição de documentos de destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.

Entre os principais resultados da ação, registram-se a superação da meta geral com a expedição de 77 (setenta e sete) Títulos de Domínio (TD) e 367 (trezentos e sessenta e sete) Contratos de Concessão de Uso – CCU

b) Principais Problemas: Houve, como dificuldade operacional, uma relativa demora na obtenção de consenso do CDR – Comitê de Decisão Regional, afinal decidido, quanto aos critérios de atualização da Pauta de Valores para novos contratos e à definição jurídica dos projetos antigos, para que se viabilizasse a matrícula definitiva nos Cartórios de Registro de Imóveis. Ocorre que, para emissão do CCU, é necessária a substituição dos documentos antigos já entregues aos portadores, sejam eles a Declaração de Assentamento, o Contrato de Assentamento, o CCU emitido sem a publicação em Boletim de Serviço – BC, sem a qual o atual CCU fica inviável – falta disciplinar a solução, seja sobre a forma de averbação do documento ou, outra que seja pertinente.

c) Contratações e Parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

e) Cumprimento das metas físicas: As metas alcançadas superaram as propostas iniciais.

f) Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas além daqueles já apontados.

g) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: As entregas de Títulos de Domínio dos Contratos de CCU.

h) Ações Prioritárias na LDO: Titular as áreas mais antigas que tenham condições de sustentabilidade

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa destas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e na execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação restringe-se aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	4	Projeto Consolidado (unidade)	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%
Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.							

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Tal ação não se aplica a esta Superintendência Regional (SR) do INCRA no Estado do Rio de Janeiro.

I – SITUAÇÃO NA SR(07)RJ

A Regional do Rio de Janeiro não foi contemplada como integrante do projeto PAC, destinado a consolidar e emancipar 70 (setenta) projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007. A atuação desta SR na atividade concentrou-se na prioridade de reservar meios de trabalho no esforço de qualificação dos assentamentos para habilitá-los adequadamente para sua oportuna emancipação sustentável, econômica, social e ambiental. Nessas condições, o quadro de emancipações permaneceu conforme apurado pelos órgãos de Brasília, de acordo com o seguinte resumo:

Superintendência Regional	Total PA	Total fam	Nº PA Cons.	nº fam. Consol.	Índice de consolidação	
					PA	Famílias
SR-07/RJ	46	5371	23	5590	50	104.077.453

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e à promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (unidade)	121	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 121.125,00	R\$ 31.941,29	R\$ 31.941,29	100,0%	R\$ 31.864,01	99,8%	R\$ 31.864,01	99,8%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) Principais resultados: A recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais também estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais do PPA, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente. Somente em relação a esta ação, foram aplicados recursos no montante de R\$ 31.864,01.

Ressalte-se que as atividades desenvolvidas com os recursos desta ação foram principalmente para o desenvolvimento de atividades de campo, visando à elaboração de relatórios preliminares para a efetivação das parcerias necessárias à implantação de projetos de manejo e recuperação ambiental, o que pode parecer estranho, frente a meta realizada, que foi nenhuma.

b) Principais Problemas: dificuldade em realizar parcerias para investimento nas áreas de licenciamento, manejo e recuperação de assentamentos; dificuldades de execução direta do INCRA de serviços de recuperação ambiental, assim como pagamento de mão-de-obra, pessoa física.

c) Contratações e Parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família atendida (unidade)	505	347	598	68,7%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 5.709.746,00	R\$ 5.740.857,00	R\$ 5.740.857,00	100,0%	R\$ 3.919.000,00	68,3%	R\$ 3.919.000,00	68,3%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** Embora não se tenha atingido a meta física programada no ano de 2009, destaque-se que, nos anos anteriores, a maioria das famílias assentadas no Rio de Janeiro não tinha sequer casa e, hoje, muitos assentamentos já estão com casas construídas (101 assentados com casas construídas e 205 assentados com casas recuperadas, totalizando 306 construções).

A concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, nas modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação/Materiais de Construção, implementada por meio de contrato e repasse, às representações de trabalhadores rurais assentados, de recursos financeiros para construção e recuperação de unidades habitacionais tem base legal na Constituição Federal; Lei 4.504/64, art.73; MP 2.183/2001; Decreto 59.428/1996, NE 79/2008 e IN 54/2009.

Na citada Instrução Normativa nº 54/2009, a modalidade Aquisição de Materiais de Construção é concedida às famílias assentadas, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.

A modalidade Recuperação/Materiais de Construção destina-se à recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação.

A Ação de concessão de Crédito-Instalação em 2009 demonstra que 387,53 famílias tiveram os recursos depositados nas contas das associações para a construção ou recuperação de suas casas, totalizando 306 casas construídas e reformadas no exercício de 2009. Em valores, foram aplicados, aproximadamente, R\$ 5.740.857,00 para atender às famílias assentadas em diversos Projetos de Assentamento no Rio de Janeiro, conforme se depreende da tabela a seguir:

RELAÇÃO DE EMPENHOS 2009

Nº DA NE	DATA	INTERESSADO	MODALIDADE	VALOR R\$
000050	08Mai09	P.A. CELSO DANIEL	CREDITO INSTALACAO PARA ATENDER 188 FAMILIAS BENEFICIARIAS	R\$ 564.000,00
000057	29Mai09	P.A. VISCONDE (CASIMIRO DE ABREU)	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO-RECUPERACAO PARA 86 FAMILIAS	R\$ 430.000,00
000058	29Mai09	JOAO BATISTA SOARES (CARAPEBUS/RJ)	APOIO INCIAL EM FAVOR DE 40 FAMILIAS CADASTRADAS E HOMOLOGADAS NO SIR/SIPRA	R\$ 128.000,00
000059	29Mai09	P.A. FLORESTA DE BELEM (ITPERUNA)	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	R\$ 121.600,00
000060	29Mai09	P.A. FRANCISCO JULIAO (CARDOSO MOR)	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	R\$ 178.600,00
000061	29Mai09	P.A. PAZ NA TERRA (CARDOSO MOREIRA)	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	R\$ 325.000,00
000062	29Mai09	P.A. CHICO MENDES (CARDOSO MOREIRA)	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	R\$ 114.000,00
000065	01Jun09	P.A. ROSDELI NUNES	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS PARA 45 FAMILIAS	R\$ 171.000,00
000075	16Jun09	P.A. JOSUE DE CASTRO	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARA 35 FAMILIAS	R\$ 133.000,00
000076	16Jun09	INCRA/RJ/702/2006	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO	R\$ 144.000,00
000080	03Jul09	P.A. TERRA CONQUISTADA	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E FOMENTO PARA 12 FAMILIAS	R\$ 26.800,00
000082	09Jul09	P.A 25 DE MARCO	CREDITO INSTALACAO PARA 50 FAMILIAS CADASTRADAS E HOMOLOGADAS NO SIR/SIPRA	R\$ 290.000,00
000085	14Jul09	P.A. VIDA NOVA	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARA 25 FAMILIAS	R\$ 95.000,00
000093	06Ago09	P.A. TIPIY	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO - RECUPERACAO PARA ATENDER 50 FAMILIAS	R\$ 13.000,00
000094	07Ago09	P.A PAZ NA TERRA	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARA 74 FAMILIAS BENEFICIADAS	R\$ 370.000,00
000098	19Ago09	P.A. TERRA CONQUISTADA (COMPLEMENTO)	CREDITO INSTALACAO PARA ATENDER 12 FAMILIAS BENEFICIADAS	R\$ 55.000,00
000104	03Set09	P.A. JOSUE DE CASTRO	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA ATENDER 35 FAMILIAS	R\$ 175.000,00
000108	11Set09	PA ALMADA MARUI/TERRA CONQUISTADA	CREDITO INSTALACAO PARA 11 FAMILIAS	R\$ 55.000,00
000136	10Nov09	P.A. JOAO BATISTA SOARES (CARAPEBUS/RJ)	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA ATENDER 40 FAMILIAS	R\$ 600.000,00
000137	10Nov09	INCRA/RJ/1401/2006	APOIO INCIAL E 160.000,00 AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO	R\$ 176.000,00
000160	14Dez09	-	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER CREDITO HABITAÇAO E APOIO	R\$ 940.000,00
000161	14Dez09	541800019652005-91	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESP.CRÉDITO INSTALACÃO	R\$ 250.000,00
000172	18Dez09	54180001048200697	HABITAÇAO	R\$ 268.000,00
000173	18Dez09	54180001375200568	-	R\$ 62.000,00
000174	18Dez09	541800013752005-68	-	R\$ 55.857,00
TOTAL:				R\$ 5.740.857,00

FONTE: SIAFI

Ressalte-se que, conforme a modalidade de crédito, o número de famílias que tiveram os **créditos empenhados** foi o que se segue:

- Mod. Aquisição/Material de Construção = 188
- Mod. Recuperação = 132
- Mod. Apoio = 110

- TOTAL = 465 famílias

b) **Principais Problemas:** Houve vários entraves na aplicação do Crédito Instalação. Dentre eles, destacamos a falta de recursos humanos capacitados para a execução da ação. Além disso, não há padronização nas informações dos empenhos emitidos e liquidados quanto ao quantitativo de famílias atendidas.

c) **Contratações e Parcerias:** Há um contrato entre INCRA e Banco do Brasil S/A para o repasse dos valores às famílias assentadas: Contrato LC (Livro de Instruções Codificado): 555.26-8.

d) **Transferências:** Os valores efetivamente repassados (OB – Ordens Bancárias) ao Banco do Brasil para depósito na conta das Associações de Assentados totalizou um montante de R\$ 5.096.000,00, conforme demonstramos pela tabela abaixo:

RELAÇÃO DE ORDENS BANCÁRIAS 2009

Nº OB	DATA	MODALIDADE	PA	VALOR R\$
800426	27Abr09	RECUPERACAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARA ATENDER 58 FAMILIAS	P.A. ILHA GRANDE	R\$ 290.000,00
800442	30Abr09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO	P.A. JOSUE DE CASTRO	R\$ 329.000,00
800508	08Mai09	CREDITO INSTALACA PARA ATENDER 188 FAMILIAS	P.A. CELSO DANIEL	R\$ 564.000,00
800669	04Jun09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. FRANCISCO JULIAO	R\$ 178.600,00
800718	16Jun09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. CHICO MENDES	R\$ 114.000,00
800808	03Jul09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. JOSUE DE CASTRO	R\$ 133.000,00
800809	03Jul09	AQUISICAO DE MATERIAIS E FOMENTO	P.A. TERRA CONQUISTADA	R\$ 26.800,00
800814	06Jul09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. ROSELI NUNES	R\$ 171.000,00
800840	09Jul09	AQUISICAO DE MATERIAIS E FOMENTO (COMPLEMENTO)	P.A. 25 DE MARçO	R\$ 290.000,00
800917	16Jul09	MODALIDADE AQUISICAO DE MATERIAIS E APOIO INICIAL (COMPLEMENTO)	P.A. PAZ NA TERRA	R\$ 325.000,00
800926	17Jul09	MODALIDADE AQUISICAO DE MATERIAIS E APOIO INICIAL (COMPLEMENTO)	P.A. FLORESTA DE BELEM	R\$ 121.600,00
800928	17Jul09	APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO	-	R\$ 144.000,00
800979	27Jul09	MODALIDADE AQUISICAO DE MATERIAIS E APOIO INICIAL (COMPLEMENTO)	P.A. VIDA NOVA (COMPLEMENTO)	R\$ 95.000,00
801048	06Ago09	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. TIPITY (COMPLEMENTO)	R\$ 13.000,00
801052	06Ago09	MODALIDADE RECUPERACAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO	P.A. CHE GUEVARA	R\$ 370.000,00
801058	07Ago09	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO (COMPLEMENTO)	P.A. PAZ NA TERRA (COMPLEMENTO)	R\$ 370.000,00
801252	11Set09	CREDITO INSTALACA PARA ATENDER 11 FAMILIAS BENEFICIARIAS	P.A. ALMADA MARUI/TERRA CONQUISTADA	R\$ 55.000,00
801762	18Nov09	CREDITO INSTALACAO PARA 40 FAMILIAS	P.A. JOAO BATISTA SOARES (CARAPEBUS/RJ)	R\$ 128.000,00
801894	09Dez09	CREDITO INSTALACAO-APOIO INICIAL E AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA 20 FAMILIAS	PA ZE PUREZA	R\$ 188.000,00
802111	30Dez09	CREDITO INSTALACA P/ ATENDER 50 FAM. BENEF. MODALIDADE AQUIS. DE MAT. E FOMENTO – COMPLEMENTO	P.A. 25 DE MARçO	R\$ 250.000,00
802115	31Dez09	PAGTO REF MATERIAL CONSTRUçAO 188 FAMILIAS FLS 1183 PROC	-	R\$ 940.000,00
TOTAL:				R\$ 5.096.000,00

Fonte: SIAFI

RELAÇÃO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR				
Nº DA NE	DATA	INTERESSADO	MODALIDADE	VALOR R\$
08/NE/00063	16Jul08	P.A. BEM DIZIA	RECUPERACAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO PARA 54 FAMILIAS	R\$ 270.000,00
08/NE/00086	26Set08	P.A. SAO LOURENCO	APOIO INICIAL E HABITACAO (01 BENEFICIARIO) E FOMENTO (06 BENEFICIARIOS)	R\$ 23.800,00
09/NE/00057	29Mai09	P.A. VISCONDE (CASIMIRO DE ABREU)	AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO- RECUPERACAO PARA 86 FAMILIAS	R\$ 430.000,00
09/NE/00098	19Ago09	CONQUISTADA (COMPLEMENTO)	CREDITO INSTALACAO PARA ATENDER 12 FAMILIAS BENEFICIADAS	R\$ 55.000,00
09/NE/00104	03Set09	P.A. JOSUE DE CASTRO	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA ATENDER 35 FAMILIAS	R\$ 175.000,00
09/NE/00136	10Nov09	SOARES (CARAPEBUS/RJ)	AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO PARA ATENDER 40 FAMILIAS	R\$ 600.000,00
09/NE/00137	10Nov09	INCRA/RJ/1401/2006	APOIO INCIAL E 160.000,00 AQUISICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO	R\$ 176.000,00
09/NE/00172	18Dez09	54180001048200697	HABITAÇÃO	R\$ 268.000,00
09/NE/00173	18Dez09	54180001375200568	-	R\$ 62.000,00
09/NE/00174	18Dez09	541800013752005-68	-	R\$ 55.857,00
TOTAL:				R\$ 2.115.657,00

Fonte: SIAFI

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	*****	*****	*****	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 80.126,00	R\$ 338.969,26	R\$ 338.969,26	100,0%	R\$ 320.114,05	94,4%	R\$ 319.721,20	94,3%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

As atividades abrangidas pela Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária – tiveram como papel primordial assegurar o suporte operacional requerido para a execução de suas diferentes ações, consistindo basicamente em viabilizar o deslocamento dos servidores na realização dos trabalhos de campo, principalmente nas ações relacionadas a reuniões com as comunidades dos assentamentos; à organização e instrução dos processos de concessão de créditos; às articulações e acompanhamento dos contratos de assistência técnica; à avaliação de demandas dos assentamentos quanto às suas necessidades de execução de obras de infraestrutura e articulação de possíveis parcerias com instituições locais, bem como a fiscalização das obras contratadas; à fiscalização de obras e serviços ligados aos contratos de implantação de agroindústria; à realização de levantamentos e de demarcação topográfica de assentamentos; aos levantamentos de ocupações irregulares e/ou retomada ou regularização de lotes; e, ainda com o auxílio do Poder Judiciário local, as atividades visaram dirimir questões de reintegrações de posses nos assentamentos com apoio da Procuradoria, inclusive para pesquisas cartorárias.

Os serviços executados no âmbito da ação 2272 do Programa de Trabalho correspondente, 2112201322720001, comprometeram um total de R\$ 338.969,26, dos quais 88,88%, no valor de R\$ 301.290,23, foram empregados diretamente em deslocamento de pessoal, sendo que R\$ 220.728,10 em Diárias (R\$ 4.548,00 com o segmento Jurídico); R\$ 34.329,13, com suprimento de fundos; R\$ 46.233,00 com a locação de veículos para o transporte de pessoal; e R\$ 37.679,03 com despesas de licenciamento ambiental, conforme discriminação a seguir:

DESCRIÇÃO	FONTE	ND A LIQUIDAR	P. INTERNO LIQUIDADO	
ATENDER DESPESAS COM DIARIAS (D)	0176370002	339014	R\$ 216.180,10	D0137227240
ATENDER DESPESAS COM DIARIAS (J)	0176370002	339014	R\$ 4.548,00	J0137227240
SUPRIMENTO DE FUNDO / AQUISIÇÃO DE MATERIAS	0176370002	339030	R\$ 32.329,13	D0137227240
DESPESAS COM TRANSPORTE	0176370002	339033	R\$ 42.333,00	D0137227240
DESPESAS COM TRANSPORTE	0176370002	339033	R\$ 3.900,00	J0137227240
SUPRIMENTO DE FUNDO	0176370002	339036	R\$ 2.000,00	D0137227240
LIC. AMBIENTAL / MANUT. DE VIATURAS / SUPRIMENTOS DE FUNDOS	0176370002	339039	R\$ 17.679,03	D0137227240
ATENDER DESPESAS COM PUBLICACOES	0176370002	339139	R\$ 20.000,00	D0137227240
TOTAL			R\$ 338.969,26	

a) **Principais Resultados:** A aplicação dos recursos consumidos foram fundamentais para a execução das atividades do programa e foram responsáveis pela concretização dos resultados alcançados nas suas diferentes ações.

b) **Principais problemas:** Não ocorreram problemas específicos de relevo, cabendo tão somente destacar alguns períodos de demora na descentralização dos recursos em diárias para fazer frente tempestivamente aos compromissos de execução. Por outro lado, o reduzido número de motoristas e da frota de veículos implicou a contratação de prestadora de serviço de transporte de pessoal.

c) **Cumprimento das metas:** O suporte de gestão e administração do Programa supriu adequadamente às demandas dos serviços.

d) **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** A contratação dos serviços de transportes criou melhores condições de realização das tarefas de campo.

e) **Ações prioritárias:** Continuação do suporte de execução às atividades fins.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores, a qualquer título, de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento *in loco* (vistoria de fiscalização);
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	4	Imóvel gerenciado (unidade)	1.506	6365	4310	422,6%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 13.557,00	R\$ 47.396,49	R\$ 47.396,49	100,0%	R\$ 46.929,36	99,0%	R\$ 46.929,36	99,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL.

- a) **Principais resultados:** Não houve avanço nessa ação por falta de recursos humanos, financeiros e materiais.
- b) **Principais problemas:** Necessidade de priorizar outras ações, recursos financeiros alocados para outros fins; houve também prioridade de utilização de veículos para outras ações.
- c) **Contratações e parcerias:** Não houve.
- d) **Transferências:** Não houve.

QUALIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE CADASTRAMENTO - UMC, LOCALIZADAS EM TODAS AS PREFEITURAS MUNICIPAIS

a) **Principais resultados:** Houve um grande avanço na capacitação de servidores municipais, tendo em vista o surgimento dos manuais de recepção e de análise de cadastro: foram treinados 37 (trinta e sete) servidores municipais em municípios pólos. Os recursos dessa ação foram aplicados numa série de operações de fiscalização feitas junto às Unidades Municipais de Cadastro Rural – UMC's, com o objetivo de orientar as Prefeituras conveniadas no uso do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, difundir o SNCR para aumentar a rede de UMC's e realizar a capacitação das UMC's novas e existentes.

b) **Principais problemas:** Falta de veículos para deslocamento e falta de apoio administrativo da Superintendência, sem o menor interesse em colaborar no treinamento de UMC's.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve contratações, havendo parcerias de prefeituras municipais no fornecimento de locais para treinamento.

d) **Transferências:** Os recursos foram solicitados e disponibilizados diretamente pela DFC – Coordenação-Geral de Cadastro Rural, conforme cronograma.

PLANEJAMENTO PARA TREINAMENTO DE UMC'S NOS MUNICÍPIOS PÓLOS DO RIO DE JANEIRO – 2009							
PÓLOS	UMC MUNICÍPIOS	VISITA AOS UMC'S PARA TREINAMENTO E PROCURA DE SALA	12/10 A 16/10	19/10 A 23/10	26/10 A 30/10	16/11 A 27/11	TOTAL R\$
		08/09 A 25/ DIVULGAÇÃO09					
SAQUAREMA	SAQUAREMA, CASEMIRO DE ABREU, ARARUAMA, RIO BONITO, ITABORAÍ	TRIMESTRE	-----	-----			
PARATY	PARATY, ANGRA DOS REIS, RIO CLARO, SEROPÉDICA	TRIMESTRE	-----	-----			
MACAÉ	MACAÉ, CASEMIRO DE ABREU, QUISSAMÃ	TRIMESTRE	-----	-----			
ITAOCARA	CARDOSO MOREIRA, SÃO FIDÉLIS, ITAOCARA, SANTO ANTONIO DE PADUA, VARRE-SAI	TRIMESTRE	-----	-----			
NOVA FRIBURGO	NOVA FRIBURGO, BOM JARDIM, CACHOEIRAS DE MACACU, SUMIDOURO, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, TERESÓPOLIS, TRAJANO DE MORAES, CORDEIRO, CANTAGALO, CARMO, MACUCO	TRIMESTRE	-----		-----		
BARRA DO PIRÁI	BARRA DO PIRÁI, BARRA MANSA, RESENDE, QUATIS, VALENÇA, PARAÍBA DO SUL, RIO DAS FLORES, PIRÁI	TRIMESTRE	-----		-----		
RIO DE JANEIRO	PETRÓPOLIS, MAGÉ, E UMC'S QUE NÃO					-----	

(SR)	PUDERAM COMPARECER NOS PÓLOS						
	NÚMERO DE DIÁRIAS NO PERÍODO	TRIMESTRE	40,5	13	13	13	
	NÚMERO DE SERVIDORES E VIATURAS (TRES SERVIDORES POR PÓLO E UMA VIATURA POR PÓLO)	TRIMESTRE	3 servidores +2 viaturas	4 servidores + 2 viaturas	4 servidores + 2 viaturas	4 servidores + 2 viaturas	
	DIÁRIAS 3390-14		7168,5	4.602,00	4.602,00	4.602,00	20.974,50
	COMBUSTÍVEL, PEÇAS VIATURAS, MAT. CONSUMO 3390-30		1000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
	CUSTO TOTAL (R\$)		8.168,50	5.602,00	5.602,00	5.602,00	1.000,00 25.974,50

**LEI 10.267/01 - TROCA DE INFORMAÇÕES INCRA-CARTÓRIOS DE REGISTRO DE
IMÓVEIS**

a) Principais resultados: Nesse ano houve um grande avanço na troca de informações entre cartórios e INCRA, com a vinda de um servidor de outra unidade, fiscal de cadastro e tributação rural.

- Foram recebidas 960 (novecentos e sessenta) informações de cartórios de alterações de matrículas em imóveis rurais;
- Foram emitidas 200 (duzentas) notificações aos detentores para declaração de cadastro;
- Foram emitidos 120 (cento e vinte) ofícios aos cartórios;
- Foram emitidos 30 (trinta) memorandos à PFE, apontando irregularidades constatadas, tais como alteração de matrículas sem a certificação, registro de imóveis rurais abaixo da fração mínima de parcelamento, etc.

b) Principais problemas: Falta de retorno da PFE a respeito das irregularidades apontadas.

c) Contratações e parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR ESTRANGEIROS

a) **Principais resultados:** Divulgação e conscientização da Sala da Cidadania e UMC's de observar procedimentos de controle no cadastro de imóveis adquiridos por estrangeiros.

- 70 (setenta) processos abertos;
- 300 (trezentos) processos em análise;
- 50 (cinquenta) processos finalizados.

b) **Principais problemas:** Falta de recursos para implementação das ações, tais como visitas a cartórios; falta de retorno da PFE acerca das irregularidades apontadas; falta de apoio administrativo.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

CANCELAMENTO POR DESCARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEL RURAL E AUTORIZAÇÃO PARA DESMEMBRAMENTOS ABAIXO DA FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO

a) **Principais resultados:** Divulgação e conscientização da Sala da Cidadania e UMC's para observarem os procedimentos de cancelamento por descaracterização de imóvel rural e de desmembramentos abaixo da FMP – Fração Mínima de Parcelamento.

- 23 (vinte e três) processos analisados e finalizados.

b) **Principais problemas:** Adoção de procedimentos pela PFE em desconformidade com as normas técnicas.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

TRANSMISSÃO EX OFFÍCIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PARA O CÁLCULO DE GUT E GEE DE PROCESSOS DE VISTORIA

a) **Principais resultados:** Apoio para a Divisão de Obtenção de Terras no cálculo do GUT (Grau de Utilização da Terra) e GEE (Grau de Eficiência na Exploração), para determinar o cumprimento da função social de imóveis rurais vistoriados, pois a classificação dos imóveis, para fins de desapropriação, é feita pelo Setor de Cadastro Rural.

b) **Principais problemas:** Falta de consistência em laudos de vistorias, dificultando a análise cadastral para transmissão *ex officio* ao SNCR.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo, via internet, ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando à construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais, literais e gráficas, dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	4	Sistema de Cadastro Rural mantido	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (h=g/b)
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

RECEPÇÃO E TRANSMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

a) **Principais resultados:** Divulgação e conscientização da Sala da Cidadania e UMC's para observarem procedimentos de recepção de documentos para atualização cadastral no SNCR.

Foram recebidos na Sala da Cidadania 1718 (mil, setecentos e dezoito) pedidos de alterações de cadastro e transmitidos ao SNCR.

b) **Principais problemas:** Falta de apoio da Superintendência, com pouco interesse em modernizar e equipar o Setor de Cadastro.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando, assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área medida e georeferenciada (hectares)	0	581,2744	12713	0,00%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

- a) **Principais resultados:** Alcançou-se um superávit em relação à meta prevista em função do planejamento e da operacionalização empregados.
- b) **Principais problemas:** Lentidão no processo de descentralização de recursos financeiros (diárias, suprimentos para combustível, de consumo e serviços, etc); estes, se tivessem sido agilizados, teriam revertido numa melhor performance da meta realizada, não esquecendo da necessidade de constante renovação da frota de veículos.
- c) **Contratações e parcerias:** Foram realizadas a licitação e a contratação de empresa para a execução de serviços integrados ao programa 0137, de demarcação de perímetro de 4 (quatro) PA's e de demarcação de 396 (trezentas e noventa e seis) parcelas, em colaboração com a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.
- d) **Transferências:** Não houve.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada (hectares)	0	0	3,1	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago		
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Esta ação não foi executada na Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2009.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área com processo impetrado (hectares)	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Esta ação não foi executada na Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2009.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área diagnosticada destinada (hectares)	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidiado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Esta ação não foi executada na Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2009.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 1.727,40	R\$ 1.727,40	100,0%	R\$ 1.387,62	80,3%	R\$ 1.387,62	80,3%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

As atividades de Gestão e Administração do Programa de Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas concentraram-se basicamente no apoio ao deslocamento dos servidores para a realização de trabalhos de campo, destacadamente em

suporte ao treinamento e à supervisão dos trabalhos das UMCs e à fiscalização do cadastro de imóveis rurais, envolvendo a utilização dos seguintes recursos não incluídos como despesas nas correspondentes ações finalísticas:

DESCRÍÇÃO	FONTE	ND A LIQUIDAR	P. INTERNO LIQUIDADO	
ATENDER DESPESAS COM DIARIAS (F)	0176370002	339014	R\$ 839,40	F0138227240
DESPESAS COM TRANSPORTE	0176370002	339033	R\$ 888,00	F0138227240
TOTAL			R\$ 1.727,40	

a) **Principais resultados:** Os principais resultados alcançados situam-se no fornecimento, no essencial, de meios de locomoção dos técnicos em seus trabalhos de campo, propiciando melhor qualificação do pessoal das Prefeituras encarregadas do atendimentos nas UMCs e uma melhoria na fiscalização do cadastro de imóveis rurais.

b) **Principais problemas:** O principal problema reside no reduzido volume de recursos destinados ao suporte das atividades finalísticas do Programa, diante de prioridades atribuídas aos demais segmentos de atuação.

c) **Contratações e parcerias:** O apoio de Gestão e Administração às ações finalísticas consistiu no suporte logístico à execução das tarefas dos técnicos junto às prefeituras parceiras com as quais o INCRA mantém convênios visando ao funcionamento das UMCs.

d) **Transferências:** A mobilização das Prefeituras municipais do Estado teve por fim a melhoria de desempenho de suas UMCs e ofereceu a vantagem singular de ampliar, no território estadual, o padrão do sistema de cadastro rural nesta Unidade da Federação.

e) **Cumprimento das metas físicas:** Ainda que compensadores, os resultados alcançados com a ação desenvolvida, revelando o cumprimento de metas compatível com as condições operacionais de execução pré-existentes, evidencia-se que as respostas obtidas podem ser ampliadas com o provimento de maiores meios de realização da missão.

f) **Ações que apresentaram problemas de execução:** A falta de recursos financeiros foi o principal problema ao apoio administrativo.

g) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: O treinamento de UMCs.

h) Ações Prioritárias na LDO: Além do Treinamento citado, outras prioridade ficaram comprometidas

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Administração

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor capacitado (unidade)	58	34	2	58,6%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 14.492,75	R\$ 20.428,49	R\$ 20.428,49	100,0%	R\$ 5.588,00	27,4%	R\$ 5.588,00	27,35%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) Principais resultados: Em relação aos alcances da capacitação dos servidores, podemos identificar como significante o alcance de tal ação, mesmo não se tendo atingido a meta física, como se depreende da tabela abaixo:

Cursos de Curta e Média Duração promovidos pela própria SR (SR.07 - RIO DE JANEIRO)

SERVIDOR	Cargo	NS	CURSO	DATA	Local
SÉRGIO MENDES COSTA FILHO	ENG. AGRÔNOMO	NS	CURSO DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS	agosto novembro/2009	Belo Horizonte/MG
ROSANE RODRIGUES DA SILVA	ASSIST ADM	NI	SEMINARIO NAC DAS ASSOC DOS SERVIDORES DO INCRA E FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	27/01 - 01/02/09	Belém/PA
MARIA JURGLEIDE CASTRO OLIVEIRA	ASSIST ADM	NI	SEMINARIO NAC DAS ASSOC DOS SERVIDORES DO INCRA E FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	27/01 - 01/02/09	Belém/PA
LUIZ CARLOS DE ANDRADE	ASSIST ADM	NI	CURSO LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14/12/2006 E O DECRETO N° 6.204, DE 05/09/07	11/05/2009	Brasília/DF
JOSE ALVES PEREIRA	ANAL SIST	NS	CURSO LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14/12/2006 E O DECRETO N° 6.204, DE 05/09/08	11/05/2009	Brasília/DF
RAFAEL DOS SANTOS BONFIM	PROC. FEDERAL	NS	SIMPOSIOS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AS INOVAÇÕES INTRODÚZIDAS PELA IN Nº02/2008	14-15/05/09	São Paulo/SP
RICARDO MARQUES DE ALMEIDA	PROCURADOR FEDERAL	NS	SEMINÁRIO SOBRE A IN Nº 02/08 COM AS RECENTES ALTERAÇÕES DA IN Nº 03/09	01-03/12/09	Brasília/DF

Cursos NACIONAIS promovidos pela SEDE

SERVIDOR	Cargo	NS	CURSO	DATA	Local
MARIO LUCIO MACHADO MELO JUNIOR	DAS	DAS	ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DO INCRA	23/04/2009	Brasília/DF
CARLOS EDUARDO P. STURM	ENG AGRO	NS	ENCONTRO DOS SUPERINTENDENTES REGIONAIS - SUL, CENTRO-OESTE	13/08/2009	Brasília/DF
BRUNO MACHADO PIRES	ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	NS	ENCONTRO DOS SUPERINTENDENTES REGIONAIS - SUL, CENTRO-OESTE	13/08/2009	Brasília/DF
ASÉLIO VIEIRA PASSOS	ENG AGRO	NS	ENCONTRO DOS SUPERINTENDENTES REGIONAIS - SUL, CENTRO-OESTE	13/08/2009	Brasília/DF
FERNANDO SCOTTI DE OLIVEIRA	DAS(CARGO COMIS.)	DAS	I FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	31/08-04/09/09	Salvador/BA
FERNANDO SCOTTI DE OLIVEIRA	DAS(CARGO COMIS.)	DAS	II FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	07-11/12/09	Goiania/GO
GUSTAVO SOUTO DE NORONHA	ECONOMISTA	NS	II FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	07-08/12/09	Goiania/GO
JOAO CARLOS FERREIRA MARINHO DE CARVALHO	ADMINISTRADOR	NS	II FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	07-08/12/09	Goiania/GO
LEANDRO PIRES CONTI GUIMARAES	GEOGRAFO	NS	II FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	10-11/12/09	Goiania/GO
BRUNO MACHADO PIRES	ORIENT PROJ ASSENT	NS	OFICINA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	11-13/02/09	Curitiba/PR
CELSO LUIZ DA FONSECA	TEC AGRIC	NI	OFICINA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	11-13/02/09	Curitiba/PR
MARISA DE SOUSA ROSSETTO	ARDA	NS	OFICINA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	11-13/02/09	Curitiba/PR
ROSANE RODRIGUES DA SILVA	ASSIST ADM	NI	REUNIÃO ENTRE A DIREÇÃO DO INCRA E REPRESENTANTES DOS SERVIDORES	10/07/2009	Brasília/DF
JOSE ALVES PEREIRA	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	NI	CURSO DE SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - SISPAD	14-17/07/09	Salvador/BA
MARIA DO CARMO FONSECA	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	NI	CURSO DE SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - SISPAD	14-17/07/09	Salvador/BA
ASELIO VIEIRA PASSOS	ENG AGRO	NS	ENCONTRO - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	13-15/05/09	Brasília/DF
MARISA DE SOUSA ROSSETTO	ARDA	NS	ENCONTRO - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	13-15/05/09	Brasília/DF
EDSON DANIEL PAES DA SILVA	FIS CAD TRIB RURAL	NS	TREINAMENTO PARA MULTIPLICADORES DO SNCR (MANUAL DE CADASTRO RURAL)	18-29/05/09	Curitiba/PR
LUIZ CLAUDIO MACHADO DOS SANTOS	FIS CAD TRIB RURAL	NS	TREINAMENTO PARA MULTIPLICADORES DO SNCR (MANUAL DE CADASTRO RURAL)	18-29/05/09	Curitiba/PR
JOSÉ ALVES PEREIRA	ASSIST ADM	NI	CURSO SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS E CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOV FEDERAL - CPGF APPLICADO AO SIAFI	05-06/03/09	Brasília/DF
FERNANDO SCOTTI DE OLIVEIRA	DAS	DAS	REUNIÃO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	24-26/03/09	Brasília/DF
GUSTAVO SOUTO DE NORONHA	ECO	NS	REUNIÃO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	24-26/03/09	Brasília/DF
EURECINA LOPEZ VALE	ASSIST ADM	NI	ENCONTRO NACIONAL DOS COORDENADORES DA NE Nº70/08	23-24/03/09	Brasília/DF
JOAO CARLOS FERREIRA MARINHO DE CARVALHO	ADMINISTRADOR	NS	ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	11-13/11/09	Brasília/DF
JOSE ALVES PEREIRA	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	NI	ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	11-13/11/09	Brasília/DF
EDGARD CAMPOS LEITE	DAS(CARGO COMIS.)	DAS	SEMINÁRIO INCRA 40 ANOS: REFORMA AGRÁRIA, DIREITO E JUSTIÇA	15-16/10/09	Recife/PE
RICARDO MARQUES DE ALMEIDA	PROC FED	NS	SEMINÁRIO INCRA 40 ANOS: REFORMA AGRÁRIA, DIREITO E JUSTIÇA	15-16/10/09	Recife/PE

FONTE: RH - SR-07/RJ

Ressalte-se que, dentre esses cursos, muitos não tiveram despesas de inscrição pagas pela regional, pois foram somente autorizados pela sede e as despesas referem-se a passagens aéreas, não deduzidas do valor descentralizado por Brasília.

Dos 34 (trinta e quatro) servidores capacitados com os cursos, depreende-se que houve um total de 1.184 hora/aula no ano de 2009, dando uma média de 9 hora-aula por oportunidade, levando-se em conta que a SR-07/RJ conta, ao todo, com 133 (cento e trinta e três) servidores.

b) Principais Problemas: Falta de interesse da maioria dos servidores em relação ao programa de capacitação, ocasionada por desmotivação.

c) **Contratações e parcerias:** Não houve, pois as contratações foram feitas pela sede.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Gabinete do Superintendente.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e às diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família acampada assistida (unidade)	268	13.019	12.995	4857,8%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 30.000,00	R\$ 289.240,70	R\$ 289.240,70	100,0%	R\$ 246.229,17	85,1%	R\$ 236.005,70	81,6%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais Resultados:** A ação 2109, de Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro, resume-se às atividades do Programa Fome Zero, com distribuição de cestas básicas e rolos de lonas (para montagem de barracas) para as famílias acampadas à espera da Reforma Agrária.

Assim, no ano de 2009, as metas foram ultrapassadas em 4.857,8%, uma vez que é difícil quantificar uma população flutuante como a de acampados da Reforma Agrária. Há sempre uma variação mensal no número de famílias atendidas pelo Programa Fome Zero devido a inúmeros fatores, tais como: reintegração de posse e translado de famílias para outros acampamentos, levando a desistências por parte de alguns indivíduos; ocupações da sede da Superintendência Regional por assentados; inserções de famílias assentadas ao Programa por conta de intempéries, como cheias e secas, etc.

Para o ano de 2010, estão cadastradas, inicialmente, cerca de 900 (novecentas) famílias. O número reduzido deve-se à reintegração de posse ocorrida recentemente na Fazenda Pau D'Alho e também devido às constantes migrações de trabalhadores rurais sem-terra entre os acampamentos existentes.

As maiores dificuldades encontradas pela equipe para a execução da Ação foram as distâncias a serem percorridas, a precariedade de recursos materiais para operacionalizar o serviço (como os veículos disponibilizados para a entrega dos materiais) e a insuficiência de servidores para o atendimento a contento da demanda.

b) **Principais Problemas:** O primeiro problema destacado, a distância, é uma realidade peculiar das zonas rurais do país. A grande maioria dos acampamentos existentes no Estado situam-se em lugares longínquos dos centros urbanos de seus municípios. Como exemplo, há dois acampamentos no município de Bom de Jesus de Itabapoana, cuja distância do INCRA é de 367 km. Mas, para alcançar-se os acampamentos Eldorado dos Carajás e São Roque, a equipe tem de percorrer mais 50 km. A seguir, listamos os municípios onde se localizam os acampamentos e as distâncias da sede da SR-07/RJ até as respectivas sedes:

1. Barra do Piraí – 129 km
2. Bom Jesus de Itabapoana – 367 km
3. Cabo Frio – 163 km
4. Campos dos Goytacazes – 284 km
5. Carapebus – 216 km
6. Cardoso Moreira – 336
7. Casemiro de Abreu – 139 km
8. Conceição de Macabu – 225 km
9. Itaperuna – 344 km
10. Macaé – 192 km
11. Nova Iguaçu – 43 km
12. Paracambi – 88 km
13. Piraí – 103 km
14. Quatis – 171 km
15. Quissamã – 242 km
16. Resende – 163 km
17. Rio das Ostras – 175 km
18. São Fidelis – 285 km
19. São Francisco de Itabapoana – 335 km

20. São Pedro da Aldeia – 145 km

21. Seropédica – 76 km

22. Silva Jardim – 113 km

23. Valença – 148 km

A segunda grande dificuldade enfrentada pela equipe é a precariedade nos recursos para a execução do trabalho. Para o atendimento da demanda, o INCRA utiliza, além de um caminhão de uma empresa contratada, dois veículos oficiais, que são imprescindíveis à execução da ação de distribuição de cestas de alimentos, bem como aos necessários cadastramento e recadastramento das famílias acampadas. Ressalte-se que há inúmeras regiões geograficamente accidentadas e íngremes, onde o caminhão não chega, obrigando ao uso de veículos tracionados quando a equipe é condecorada de que as regiões a serem visitadas sofreram com alguma intempérie.

O número de servidores tem sido insuficiente para atender à demanda e às urgências do Programa Fome Zero. Atualmente com 03 (três) servidores, o Setor, para funcionar a contento, precisaria de mais 02 (dois), no mínimo. Ainda mais se levarmos em conta que há servidores prestes a aposentar-se e, percebeu-se, ao longo do ano de 2009, que as demandas tendem a aumentar.

c) Parcerias: A principal parceria para a realização deste trabalho foi com a CONAB – Cia. Nacional de Abastecimento, uma vez que a Ação está sob a supervisão ministerial do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, e é a CONAB a responsável pelo fornecimento das cestas de alimentos. O INCRA abastece o caminhão com as cestas fornecidas pelos armazéns da CONAB, contabilizando o quantitativo requisitado e fiscalizando o carregamento das cestas a serem entregues nos acampamentos. Posteriormente, o INCRA fornece os dados das entregas à Regional da CONAB no Rio de Janeiro para a prestação de contas exigida pela CONAB de Brasília. Atualmente, a servidora Tânia Miller está trabalhando na prestação de contas dos anos de 2007 e 2008.

d) Transferências: Não houve.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandre da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada (unidade)	10	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 228.393,00	R\$ 316.854,94	R\$ 316.854,94	100,00%	R\$ 298.718,36	94,28%	R\$ 298.718,36	94,28%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Tendo em vista a complexidade do arcabouço legal que rege a matéria, as dificuldades operacionais (carência de recursos humanos e materiais) e procedimentais (prazos legais e trâmites processuais) sobre a respectiva ação, salientamos que muitos dos elementos que compõem tal ação, desencadeados em um exercício, prolongam-se no tempo para os exercícios

posteriores antes de culminar no alcance das metas físicas pactuadas. Em razão disso, há um aparente baixo índice de sucesso no programa, o que não encontra respaldo na realidade, uma vez que estão sendo executadas as ações.

A ação 1642 refere-se à elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, consultas, notificações, publicação de Portarias e emissão dos Decretos, demarcação e titulação. Apenas a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) implica um conjunto de atividades elementares que geram resultados parciais e que se vão somando para concluir o RTID; atividades como a elaboração do Relatório Antropológico, as notificações iniciais aos proprietários não quilombolas, o cadastro de famílias, o censo dos ocupantes não quilombolas, a planta e memorial descritivo do território e o relatório agronômico ambiental.

No exercício de 2009, o Setor de Quilombos do Rio de Janeiro deu andamento a 14 (quatorze) RTIDs e teve uma Portaria de Reconhecimento publicada. As atividades elementares não aparecem nos indicadores, mas devem ser consideradas.

Foram executadas as ações prioritárias definidas na LDO, sendo que a conclusão das ações, tomando-se como medida a comunidade titulada, não revela o andamento das ações, uma vez que não alcançamos titular os quilombos.

a) Principais Resultados: Os principais resultados obtidos foram:

1 – Elaboração de 7 (sete) relatórios antropológicos por meio de parceria com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF), para os quilombos de Caveira (São Pedro da Aldeia); Bracuí (Angra dos Reis); São Benedito (São Fidélis); Cruzeirinho (Natividade); São José do Pinheiro (Pinheiral); Botafogo (Cabo Frio) e Deserto Feliz (São Francisco do Itabapoana). Além destes, foi elaborado pelo próprio INCRA o relatório antropológico do quilombo de Barrinha (São Francisco do Itabapoana);

2 – A definição do território e a elaboração de plantas e memoriais descritivos de 4 (quatro) quilombos: Bracuí (Angra dos Reis); Cabral (Parati); Alto da Serra (Rio Claro) e São Benedito (São Fidélis);

3 – Cadastro de famílias de 6 (seis) quilombos: Rasa (Armação dos Búzios - parcial); Caveira (São Pedro da Aldeia); Bracuí (Angra dos Reis); Sobara (Araruama); Cabral (Parati) e Alto da Serra (Rio Claro);

4 – Avanço significativo da elaboração das cadeias dominiais de 3 (três) quilombos: São José da Serra (Valença); Santana (Quatis) e Preto Forro (Cabo Frio);

5 – Publicação de uma portaria de reconhecimento de domínio, para o quilombo de São José da Serra (Valença);

6 – A emissão do Decreto Presidencial de Interesse Social para dois quilombos, Preto Forro (Cabo Frio) e São José da Serra (Valença).

b) **Principais Problemas:** Nosso grande problema digno de nota foi a retirada da condução dos trabalhos de regularização do território quilombola de Marambaia (Mangaratiba) da Superintendência Regional do Rio de Janeiro. As negociações escaparam do âmbito da Regional e foram para a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, MDA e SEPPIR. A Câmara de Conciliação, no âmbito da Advocacia Geral da União, foi dissolvida pois a questão passou a ser considerada de cunho político e não jurídico, tendo sido encaminhada à Casa Civil.

As ações estão paralisadas devido à oposição do Ministério da Defesa e da Marinha, que não reconhece a existência de um quilombo na ilha, não permite a entrada de funcionários do INCRA nem do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva Filho, que atuou como Órgão interessado no Acórdão nº 2835/2009 – TCU que, entre outras ações, recomenda a elaboração de novo RTID para o quilombo da ilha de Marambaia.

Quanto à adoção de providências, limitamo-nos a iniciar a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta a fim de conciliar os interesses das partes, porém, isto nenhum efeito causou devido à não participação do INCRA nas negociações.

c) **Contratos e Parcerias:** A única contratação ou parceria executada por esta SR foi a já citada contratação da FEC/UFF para a elaboração de 7 (sete) relatórios antropológicos, que teve importância fundamental para o andamento dos RTIDs, sendo que o RTID do quilombo de Cabral está em vias de publicação e outros (Alto da Serra, Botafogo, Sobara, São Benedito, Pedra do Sal), em fase de finalização.

d) **Transferências:** A única transferência ocorrida foi referente à já citada contratação da FEC/UFF para a elaboração de 7 (sete) relatórios antropológicos, que pode ser considerada uma vantagem fundamental para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa, pois a Superintendência Regional conta com apenas um antropólogo, o que significa que não há antropólogos para fazer frente à demanda.

Os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos foi a avaliação do nível de excelência em qualidade reconhecida da contratada, bem como a capacidade produtiva.

Não ocorreu qualquer tipo de inadimplência, pois os relatórios foram entregues e aprovados, todos com alto nível técnico.

Diante do exposto, foram pagos à FEC/UFF em 2008 um montante de R\$ 14.785,94 e, em 2009, de R\$ 221.216,47.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas, Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área indenizada (hectare)	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Não houve meta física e financeira prevista para essa ação do programa, uma vez que nenhuma comunidade foi titulada e tampouco havia previsão de tal titulação porque só houve publicação de decreto presidencial de declaração de interesse social em áreas quilombolas no final do ano de 2009.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo com Norma de Execução/DA/INCRA nº 8, de 30 de janeiro de 2009, art. 3º, as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma, trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador rural escolarizado (unidade)	0	480	480	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

A Ação trabalha com a capacitação, alfabetização e escolarização de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, “considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”.

a) Principais Resultados: As atividades da Ação 4474 - **Educação de Jovens e Adultos no Campo**, bem como as demais ações relacionadas com a concessão de Bolsas e de Capacitação de Nível Médio e de Nível Superior, não contaram com quaisquer dotações orçamentárias previstas no Caderno de Metas da LOA e do DECRETO do Corte de 20/05/2009, consignando-se apenas R\$ 10.000,00 em Despesas Correntes para a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, e possibilidades de uso de recursos centralizados na Sede ou em Reserva Técnica para dar suporte à operacionalização do **Programa 1350 – Educação no Campo**, assim como do apoio da coordenação do programa do órgão central.

A rigor, a meta física de 480 (quatrocentos e oitenta) alunos, inicialmente consignada na LOA de 2009, ficou transferida apenas como proposta para 2010. Em 2009, consistiu mais precisamente no encerramento de formalidades do curso, executado em 2008, de Educação de Jovens e Adultos para alunos do primeiro segmento do ensino fundamental (1^a a 4^a séries). Esse convênio enfrentou dificuldades em julho de 2008, quanto ao repasse da última parcela do EJA para a UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – responsável pela execução do convênio – quando o aditivo deveria ter sido publicado e não o foi, ocasionando,

consequentemente, a suspensão da última parcela do convênio e do encerramento deste. Em 2009, foi feita a prestação de contas dos recursos recebidos pela UERJ e esta foi aprovada. Para 2010, o orçamento não previu meta física e nem financeira.

Não tendo sido dado maior prosseguimento às atividades da Ação 4474, as quais foram transferidas para 2010, houve, então, em 2009, uma fase de transição em todo o programa **Educação no Campo**. Vencidas as controvérsias em torno da via adequada (convênio ou contrato) para a mobilização de parcerias com as instituições de ensino no Estado, ficaram, assim, melhor viabilizadas as perspectivas de desenvolvimento das ações ligadas à capacitação profissional em Nível Médio e Superior.

b) **Principais problemas:** A regularização do processo relativo ao convênio com a UERJ, herdado do exercício de 2008, e as controvérsias para a definição da modalidade de relação contratual com os potenciais parceiros institucionais levaram a uma certa lentidão na condução das ações.

c) **Contratos e Parcerias:** UERJ.

d) **Transferências:** Não houve.

e) **Cumprimento de metas físicas:** Foram cumpridos os compromissos decorrentes do convênio firmado no ano anterior, não havendo metas a cumprir projetada para 2009.

f) **Problemas de execução/Impactos:** Outras prioridades de programa mobilizaram o esforço de atuação específica da ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins à Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias e de outras áreas afins à Reforma Agrária participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância, e receberão bolsa para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, às escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	4	Profissional capacitado (unidade)	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (h=g/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%		R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) **Principais resultados:** Comparativamente a outras ações e programas, a atividade mereceu destaque menor como prioridade dentro do exercício de 2009, não tendo sido programadas metas físicas ou cumprimento de sua execução.

b) **Principais problemas:** O esforço requerido para viabilizar as ações de capacitação de formação profissional de Nível Médio e Superior, escolhidas como prioridade, ensejou transferir para os exercícios seguintes a execução das atividades de concessão de bolsas, e até melhorar a definição de sua política

c) **Contratos e Parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender à demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas, que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (unidade)	0	0	60	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

Esta ação destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas desenvolvem-se por meio de alternância – tempo-escola e tempo-comunidade –, como forma de articular os saberes aprendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de Assentamento onde os alunos moram.

Não obstante a ausência de meta física configurada para 2009, a ação constituiu o eixo fundamental de atuação do programa **Educação no Campo**, cujos avanços situaram-se primordialmente na estruturação das parcerias e seus projetos de desenvolvimento, a fim de preparar uma ação mais fortalecida no exercício de 2010. Em 2009, O curso de formação profissional de Nível Superior (Licenciatura em Educação do Campo – aprovado por Brasília, cujo Destaque Orçamentário, no valor de R\$ 10.000,00, só foi liberado em 31/12/2009, não chegou a ser utilizado, já tendo sido feita a correspondente prestação de contas sem gastos).

a) **Principais Resultados:** Foram preparadas programações de propostas de atuação em parceria com a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, preconizando um Curso Superior de Formação de Professores pela UFRRJ, para 60 alunos. Este foi aprovado na Comissão Pedagógica Nacional - CPN do PRONERA, com instrução para DESTAQUE:

- Curso Superior de Assistente Social da UFRRJ, com 0 alunos, em análise na CPN;
- Curso de EJA – Séries Iniciais, pela UFRRJ, com 240 alunos, em análise na Superintendência Regional;
- Curso Superior de Licenciatura em Educação no Campo, pela UFRRJ, com 60 alunos, com DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO já publicado.

b) **Principais problemas:** As principais dificuldades para viabilizar as propostas decorreram das questões interpretativas quanto às formas de relacionamento contratual com a Universidade, impedindo que se concretizasse a sua realização ainda em 2009.

c) **Contratos e Parcerias:** UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

d) **Transferências:** Restringiram-se ao destaque orçamentário já citado e que foi devolvido.

e) **Cumprimento de metas físicas:** Não foram fixadas metas para o ano de 2009, mas ficaram abertos caminhos seguros de atuação nos anos subsequentes

f) **Problemas de execução/Impactos:** Além dos desafios técnicos e administrativos próprios da operacionalização das ações, não se apresenta pertinente o registro de impactos a comentar.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	*****	*****	*****	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 10.000,00	R\$ 13.220,76	R\$ 13.220,76	100,0%	R\$ 13.220,76	100,0%	R\$ 13.220,76	100,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

As atividades de Gestão e Administração do Programa consistiram no fornecimento de condições de transporte para reuniões em Brasília, contatos com as Comunidades e articulações com as instituições parceiras, cujas despesas comprometeram o Programa e Trabalho 21122135022720001, conforme a seguinte discriminação:

DESCRÍÇÃO	FONTE	ND A LIQUIDAR	P.INTERN O LIQUIDADO	
ATENDER DESPESAS COM DIARIAS (D)	0176370002	339014	R\$ 2.000,00	D1350227240
DESPESAS COM TRANSPORTE	0176370002	339033	R\$ 11.220,76	D1350227240
TOTAL:			R\$ 13.220,76	

a) **Principais Resultados:** O fornecimento de suporte administrativo adequado permitiu o destaque de, entre outros resultados da ação, dois pontos principais: a regularização e finalização do convênio com a UERJ e a organização de bases para retomada de uma atuação segura do programa em 2010, em parceria com a UFRRJ.

b) **Principais problemas:** Além das questões finalísticas relatadas, de controvérsias em torno das modalidades de mobilização de parcerias para a execução das ações, não ocorreram problemas significativos no suporte administrativo.

c) **Contratos e Parcerias:** O apoio da Coordenação do programa do Órgão Central favoreceu os esforços de gestão e administração no encaminhamento das parcerias com a UERJ e a UFRRJ.

d) **Transferências:** Já relatada na descrição da atividade-fim.

e) **Cumprimento das metas físicas:** Cumprimento de acordo com o requerido pela ações.

f) **Ações que apresentaram problemas de execução:** Solução para as modalidades de mobilização de parcerias.

g) **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Regularização do convênio com a UERJ.

h) **Ações Prioritárias na LDO:** Assegurar suporte à realização das Ações.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	família assistida (unidade)	334	0	2.324	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 252.230,00	R\$ 1.027.576,14	R\$ 1.027.576,14	100,0%	R\$ 0,00	0,0%	R\$ 0,00	0,0%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) Principais Resultados: O principal avanço na Ação de Assistência Técnica foi a ampliação do número de famílias assessoradas pela Ação 4470, a partir da contratação, por meio de licitação, de duas prestadoras de serviços de ATES em dezembro de 2009. Ao longo de 2009, até agosto mais precisamente, as famílias foram atendidas com restos a pagar de anos anteriores, e os recursos da Programação Operacional de 2009 só foram efetivamente utilizados em dezembro e serão utilizados como restos a pagar no ano de 2010, garantindo-se, assim, a continuidade do atendimento às famílias assentadas.

b) Principais Problemas: Tendo como base as demandas de informações e inconsistências apontadas em relatórios de diversas auditorias realizadas por órgãos de controle em várias Superintendências e setores do INCRA, constatou-se, inicialmente, que o número de técnicos na Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, vinculados à Ação, era insuficiente para sua operacionalização.

A Ação foi implantada no INCRA/RJ em 2005 e, desse ano até o início de 2008, apenas um técnico era responsável pelo Setor de ATES. Essa condição levava a uma sobrecarga de trabalho para esse profissional, que se desdobrava entre a operacionalização da Ação com um mínimo de controle e qualidade, e o atendimento de solicitações dos setores de planejamento do INCRA, como informações gerenciais, esclarecimentos e respostas a órgãos de controle interno e externo, outras ações e demais atividades integrantes da rotina administrativa do setor de ATES.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

Ao longo de 2008, gestores do INCRA/RJ possibilitaram a integração de mais três técnicos, o que redefiniu a composição da equipe de ATES-INCRA/RJ, que passou a contar com quatro técnicos no final daquele ano.

Com a crescente demanda de informações relativas aos repasses de recursos públicos, por parte dos órgãos de controle interno e externo, a recém-constituída equipe de ATES-INCRA/RJ iniciou uma reformulação dos procedimentos administrativos com foco no controle e monitoramento das atividades pactuadas nos contratos firmados. Dessa forma, foi discutida e implementada a construção de um sistema de controle e monitoramento da execução dos contratos de ATES que, embora ainda não finalizado, já se encontra em uso pela referida equipe.

c) **Contratos e Parcerias:** No decorrer do ano de 2009, a partir de orientações da Procuradoria Especializada do INCRA/RJ, foi elaborado um edital de licitação para a contratação de serviços de ATES. A conclusão dos procedimentos licitatórios ocorreu em dezembro desse ano, com a contratação de duas entidades prestadoras de serviços de ATES.

Com a contratação citada, o INCRA/RJ pode ampliar significativamente o número de famílias atendidas pela Ação. Considerando que os serviços de assessoria técnica, social e ambiental em assentamentos de reforma agrária integram um conjunto de atividades estruturantes básicas que objetivam, dentre outras, a qualificação técnico-produtiva das famílias beneficiárias, a disponibilização e manutenção desses serviços e o aprimoramento em sua forma de execução constituem importantes fatores de desenvolvimento dessas áreas.

d) **Transferências:** Como foi abordado acima, os recursos disponibilizados para a Ação 4470 no INCRA/RJ possibilitaram uma ampliação significativa no número de famílias assistidas por ATES no Estado, que era de 852 (oitocentas e cinquenta e duas) famílias (na PO 2008) e foi elevado para 2324 (duas mil, trezentas e vinte e quatro) em dezembro de 2009 (na PO 2009).

As vantagens da descentralização de recursos foi a manutenção da Ação que, como foi apresentado acima, é de grande importância na qualificação técnico-produtiva e no desenvolvimento das áreas reformadas.

Sua desvantagem foi que, com a ampliação do número de projetos de assentamento e, consequentemente, do número de famílias atendidas pela Ação no INCRA/RJ, aumentou também a carga de trabalho para a equipe de ATES-INCRA/RJ, que passou a ter que redobrar esforços para a operacionalização da Ação.

O repasse de recursos às prestadoras de serviços de ATES foi realizado com base na análise de documentos que comprovassem a execução desses serviços, como relatórios mensais, atas e lista de presença de reuniões, listagem de visitas técnicas realizadas e respectivas fichas de campo, materiais de apoio fornecidos em atividades de capacitação, dentre outros documentos comprobatórios.

Além das análises documentais acima, estão previstas também ações de fiscalização e acompanhamento “in loco” nos núcleos operacionais de ATES das prestadoras e nos projetos de assentamento assistidos.

Em termos operacionais, a equipe procurou desenvolver um sistema de controle em planilha Excel® que permitisse o controle dos recursos repassados a partir do comparativo entre as ações pactuadas no contrato e as efetivamente executadas. As notas fiscais são apresentadas somente após a aferição dos serviços prestados pela equipe ATES-INCRA/RJ, pelos critérios de análise já apresentados.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010; e Módulo Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquido		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 8.725,00	R\$ 9.954,07	R\$ 9.954,07	100,0%	R\$ 9.476,07	95,2%	R\$ 9.476,07	95,2%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

As atividades de Gestão e Administração do Programa consistiu no apoio ao conjunto de ações de assistência à produção e comercialização dos assentados, principalmente o provimento de meios para os deslocamentos da equipe encarregada pela ação de ATES, especialmente para participar de reuniões com as comunidades, promover articulações com entidades parceiras, preparar a contratação de prestadoras de serviços de assistência técnica e fiscalizar seus contratos, cujas despesas comprometeram o Programa de Trabalho 21122142722720001, conforme discriminação adiante:

DESCRIÇÃO	FONTE	ND A LIQUIDAR	P. INTERNO LIQUIDADO	
ATENDER DESPESAS COM DIARIAS (D)	0176370002	339014	R\$ 7.929,35	D1427227240
ATENDER DESPESAS COM AQUISICAO DE COMBUSTIVEL	0176370002	339030	R\$ 1.490,00	D1427227240
SUPRIMENTO DE FUNDO	0176370002	339039	R\$ 534,72	D1427227240
TOTAL			R\$ 9.954,07	

a) **Principais Resultados:** Entre os principais resultados da Gestão e Administração do Programa, dois aspectos destacaram-se para garantir o bom desempenho do Programa de Assistência Técnica: o reforço da equipe técnica com mais três técnicos e o adequado fornecimento dos meios de transporte para os deslocamentos requeridos para as atividades de assistência.

b) **Principais problemas:** Não ocorreram problemas no fornecimento do suporte administrativo.

c) **Contratos e Parcerias:** Além das contratações de serviços de ATES descritas na ação finalística Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, a parceria para o apoio à Gestão e Administração do Programa consistiu na contratação da empresa Explorer, mobilizada para o fornecimento de meios de transporte ao deslocamento dos técnicos da equipe de ATES da SR-07/RJ.

d) **Transferências:** Já relatada na descrição da atividade-fim. Além disso, foram sensíveis as vantagens da utilização dos recursos de transportes contratados da firma Explorer, na medida em que viabilizaram os deslocamentos dos técnicos, sem comprometer os trabalhos de outras áreas

e) **Cumprimento das metas físicas:** O atendimento foi satisfatório.

f) **Ações que apresentaram problemas de execução:** Não houve problemas para a execução da GAP.

g) **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Mobilização de mais técnicos para a equipe.

h) **Ações Prioritárias na LDO:** Continuidade do apoio operacional.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: José Ricardo Barquinha Ribeiro

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Administração

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido, constitui-se na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	*****	*****	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
R\$ 895.502,00	R\$ 1.402.152,97	R\$ 1.401.121,97	99,9%	R\$ 1.049.370,93	74,8%	R\$ 1.039.407,78	74,1%

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) Principais Resultados: Os recursos desta ação foram utilizados em proveito da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, cujas despesas fixas e administrativas envolveram os seguintes serviços:

- serviços de manutenção de serviços administrativos (água, luz, telefone, vigilância, etc);
- manutenção de serviços de transportes (locação de veículos para a área finalística);
- ações de informática (terceirização de mão-de-obra; instalação de rede lógica e elétrica, no total de 320 pontos).

b) Principais Problemas: Um dos problemas que surgiu em 2009 foi a necessidade de reforma do galpão e do prédio-sede da Superintendência Regional, o que nos obrigou a planejar a contratação de uma empresa para executar a obra e a contratação para locação de outro prédio para a continuidade dos serviços da autarquia. No entanto, os valores serão empenhados e efetivamente pagos ao longo do ano de 2010.

Além disso, como detectado em várias divisões da Superintendência Regional, a Divisão de Administração tem um deficit grande de mão-de-obra qualificada.

c) contratação e parcerias: Não houve.

d) Transferências: Não houve.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Não há

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	*****	*****	0	0	0	0,0%

Fonte: LOA 2009; PPA 2008-2011; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; Caderno de Metas da Programação Operacional de 2010.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquido		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)
R\$ 3.000,00	R\$ 347.553,63	R\$ 347.553,63	100,0%		R\$ 115.707,37	33,3%	R\$ 115.707,37

Fonte: Caderno de Metas da Programação Operacional de 2009; SIAFI.

a) Principais Resultados: os recursos da ação de informática foram utilizados na compra de 33 (trinta e três) computadores, 08 (oito) impressoras e 03 (três) scanners. Além disso, foram adquiridos 06 (seis) servidores de rede. Desses servidores, apenas um deles foi disponibilizado para a Superintendência do Rio de Janeiro, sendo os demais distribuídos para a Superintendência Regional no Ceará – SR-02;

Superintendência Regional em Pernambuco – SR-03; Superintendência Regional em Goiás – SR-04; Superintendência Regional em Minas Gerais – SR-06; e Superintendência Regional no Paraná – SR-09.

b) **Principais Problemas:** Ausência de capacitação dos servidores.

c) **contração e parcerias:** Não houve.

d) **Transferências:** Não houve.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Internacional	Concedidos					
	Recebidos					
Exterior	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Internacional	Concedidos					
	Recebidos					
Exterior	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O quarto quadro, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, externa à UJ e deve ser preenchido por todas as UJ. Para efeito deste demonstrativo conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo Órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos.

Importante: Não devem ser informadas as movimentações internas entre as UG associadas à UJ.

Este Quadro contempla cinco colunas e está dividido em dois grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Quadro Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

DESCRÍÇÃO DOS CAMPOS

UG concedente ou recebedora: Código SIAFI da UG externa à UJ que concedeu ou que recebeu o crédito orçamentário, seja por movimentação interna ou externa.

Classificação da ação: Classificação Institucional e Funcional-programática do crédito concedido ou recebido, composta pelos códigos da UO, Função, Subfunção, Programa e Ação estabelecidos na programação original na LOA. Não é necessário informar o código do subtítulo. Em seguida o gestor deverá preencher o valor concedido ou recebido no correspondente grupo de despesa.

Importante: Deverão ser preenchidas quantas linhas quantos forem os diferentes créditos concedidos e/ou recebidos..

Após o preenchimento deste Quadro, o gestor deverá realizar uma análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa, apresentando as justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão e analisando o impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício.

2.4.2 Execução Orçamentária

A Execução Orçamentária compreende quatro (4) demonstrativos, quais sejam: Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ, Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, Execução Orçamentária por Programa de Governo e Execução Física das Ações realizadas pelas UJ.

Quanto aos dois primeiros demonstrativos, cabe observar que ambos são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses demonstrativos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Assim, o primeiro somente deve ser preenchido pelas UJ que também forem UO ou que detenham entre as suas UG aquelas que registram contabilmente esses tipos de créditos, enquanto o segundo deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

Em relação aos dois demonstrativos restantes, trata o primeiro de análise do cumprimento pela UJ dos programas de governo constantes do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2008/2011 (PPA 2008/2011), enquanto o segundo cuida de examinar o cumprimento das metas físicas relacionadas às ações orçamentárias constantes da LOA de 2009 de responsabilidade da UJ. O primeiro somente deve ser preenchido pelas UJ que desempenharem a função de gerente de programa constante do PPA, enquanto a segunda é de preenchimento obrigatório para todas as UJ.

Atenção!

Para a elaboração das informações relativas a esse tópico a UJ deve observar a necessidade das seguintes complementações:

- i. Atentar que após a apresentação do quadro Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, deverá ser inserido o quadro Evolução de Gastos Gerais, descrito no tópico 2.4.3 a seguir
- ii. A construção do último quadro desse tópico, “Execução Física das ações realizadas pela UJ” passa a observar as orientações descritas no tópico 2.4.4.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	R\$ 900.966,06	R\$ 1.391.815,32	R\$ 900.966,06	R\$ 1.391.815,32
Concorrência	-	R\$ 997.576,14	-	R\$ 997.576,14
Pregão	R\$ 2.116.961,82	R\$ 1.888.951,39	R\$ 2.116.961,82	R\$ 1.888.951,39
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	R\$ 72.114,10	R\$ 366.072,10	R\$ 72.114,10	R\$ 366.072,10
Inexigibilidade	R\$ 1.244.532,89	R\$ 487.516,40	R\$ 1.244.532,89	R\$ 487.516,40
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R\$ 73.729,92	R\$ 81.514,42	R\$ 73.729,92	R\$ 81.514,42
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23
Diárias	R\$ 502.842,64	R\$ 857.824,62	R\$ 502.842,64	R\$ 848.818,14
Outros	R\$ (581.374,54)	R\$ 5.827.350,83	R\$ (581.374,54)	R\$ 5.729.562,60

Fonte: SIAFI

Despesas por Modalidade de Contratação

O primeiro quadro do primeiro demonstrativo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação**, contempla duas colunas com informações sobre a **Despesa Empenhada** e a **Despesa Liquidada**, cada uma delas dividida nos exercícios 2008 e 2009. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “**Licitação**” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso e a Consulta, enquanto no grupo “**Contratações Diretas**” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “**Regime de Execução Especial**” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “**Pagamento de Pessoal**” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “**Outros**” são tratadas as despesas que não se enquadrem nos itens anteriores.

Quadro Despesas por Modalidade de Contratação

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS: As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes à Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 9.472/97, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.972/1986 e Portaria MPOG nº 265/2001

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23
1º elemento de despesa (08)	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 78.531,90	R\$ 97.788,23
2º elemento de despesa	R\$ -							
3º elemento de despesa	R\$ -							
Demais elementos do grupo	R\$ -							
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00							
1º elemento de despesa	R\$ -							
2º elemento de despesa	R\$ -							
3º elemento de despesa	R\$ -							
Demais elementos do grupo	R\$ -							
3- Outras Despesas Correntes	R\$ 4.980.315,28	R\$ 4.302.687,23	R\$ 4.980.315,28	R\$ 2.679.192,37	R\$ 1.110.295,08	R\$ 2.226.792,86	R\$ 2.753.522,42	R\$ 2.666.141,67
1º elemento de despesa (14)	R\$ 502.842,64	R\$ 857.824,62	R\$ 502.842,64	R\$ 849.005,03	R\$ -	R\$ -	R\$ 502.842,64	R\$ 848.818,14
2º elemento de despesa (30)	R\$ 202.269,01	R\$ 206.244,49	R\$ 202.269,01	R\$ 183.076,47	R\$ 157.314,13	R\$ 32.056,32	R\$ 170.212,69	R\$ 183.076,47
3º elemento de despesa (33)	R\$ 517.962,52	R\$ 284.764,96	R\$ 517.962,52	R\$ 241.371,49	R\$ 94,28	R\$ 32.761,29	R\$ 485.201,23	R\$ 241.371,49
4º elemento de despesa (35)	R\$ 683.764,00	R\$ -	R\$ 683.764,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 364.911,73	R\$ 318.852,27	R\$ -
5º elemento de despesa (36)	R\$ 327,05	R\$ 2.000,00	R\$ 327,05	R\$ 2.000,00	R\$ 2.964,81	R\$ -	R\$ 327,05	R\$ 2.000,00
6º elemento de despesa (37)	R\$ 788.682,49	R\$ 893.566,01	R\$ 788.682,49	R\$ 787.542,49	R\$ 13.165,07	R\$ 168.914,27	R\$ 619.768,22	R\$ 787.542,49
7º elemento de despesa (39)	R\$ 1.114.080,94	R\$ 1.939.233,69	R\$ 1.114.080,94	R\$ 563.244,25	R\$ 782.434,34	R\$ 506.836,94	R\$ 607.244,00	R\$ 550.380,44
8º elemento de despesa (41)	R\$ 1.112.375,58	R\$ -	R\$ 1.112.375,58	R\$ -	R\$ 143.443,64	R\$ 1.112.375,58	R\$ -	R\$ -
9º elemento de despesa (47)	R\$ 44.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 7.293,35	R\$ 4.000,00	R\$ 8.936,73	R\$ 35.063,27	R\$ 7.293,35
10º elemento de despesa (92)	R\$ 2.374,30	R\$ 81.053,46	R\$ 2.374,30	R\$ 45.659,29	R\$ 605,00	R\$ -	R\$ 2.374,30	R\$ 45.659,29
11º elemento de despesa (93)	R\$ 11.636,75	R\$ -	R\$ 11.636,75	R\$ -	R\$ 6.273,81	R\$ -	R\$ 11.636,75	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -							

Fonte: SIAFI.

Quadro Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Despesa Empenhada: Montante de empenhos realizados pela UJ;

Despesa Liquidada: Total de despesas que já passou pela fase de liquidação;

Valores Inscritos em RP não processados: Montante de recursos inscritos em restos a pagar que ainda não tenham passado pela fase de liquidação;

Valores Pagos: Somatório das despesas que já passaram pela fase de pagamento;

Elementos de Despesa: Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	R\$ 1.271.592,83	R\$ 1.855.076,99	R\$ 1.271.592,83	R\$ 135.826,33	R\$ 421.681,81	R\$ 1.082.247,17	R\$ 189.345,66	R\$ 135.826,33
1º elemento de despesa (51)	R\$ 1.046.666,06	R\$ 1.617.700,07	R\$ 1.046.666,06	R\$ 126.747,33	R\$ -	R\$ 857.320,40	R\$ 189.345,66	R\$ 126.747,33
2º elemento de despesa (52)	R\$ 224.926,77	R\$ 237.376,92	R\$ 224.926,77	R\$ 9.079,00	R\$ 27.283,58	R\$ 224.926,77	R\$ -	R\$ 9.079,00
3º elemento de despesa (41)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 394.398,23	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -							
5 - Inversões Financeiras	R\$ 3.221.047,00	R\$ 5.740.857,00	R\$ 3.221.047,00	R\$ 3.919.000,00	R\$ 3.700.230,46	R\$ 1.141.878,12	R\$ 2.079.168,88	R\$ 3.919.000,00
1º elemento de despesa (61)	R\$ 396.447,00		R\$ 396.447,00		R\$ 2.814.230,46	R\$ 78,12	R\$ 396.368,88	R\$ -
2º elemento de despesa (66)	R\$ 2.824.600,00	R\$ 5.740.857,00	R\$ 2.824.600,00	R\$ 3.919.000,00	R\$ 886.000,00	R\$ 1.141.800,00	R\$ 1.682.800,00	R\$ 3.919.000,00
Demais elementos do grupo	R\$ -							
6 - Amortização da Dívida	R\$ -							
1º elemento de despesa	R\$ -							
2º elemento de despesa	R\$ -							
3º elemento de despesa	R\$ -							
Demais elementos do grupo	R\$ -							

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

O terceiro quadro do primeiro demonstrativo, denominado Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

2.4.2.4. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Como já dito anteriormente, o segundo demonstrativo, denominado **Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no demonstrativo anterior.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 65.852,69	R\$ 63.980,83	R\$ 70.409,39
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 324.190,98	R\$ 502.842,64	R\$ 857.824,62
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 1.005.022,05	R\$ 1.798.595,88	R\$ 875.361,19
3.1. Publicidade	R\$ 83.417,74	R\$ 93.600,00	R\$ 96.285,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 481.675,42	R\$ 509.403,30	R\$ 517.030,05
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 32.980,97	R\$ 26.776,05	R\$ 47.962,44
3.4. Outras Terceirizações	R\$ 406.947,92	R\$ 1.168.816,53	R\$ 214.083,70
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 14.982,56	R\$ 21.442,95	R\$ 48.505,50
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 50.909,04	R\$ 73.729,92	R\$ 81.514,42
TOTAIS	R\$ 1.460.957,32	R\$ 2.460.592,22	R\$ 1.933.615,12

Fonte: SIAFI

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

Deve -se notar que os indicadores de desempenho estão relacionados às atividades realizadas pela Unidade Jurisdicionada (inclusive suas consolidadas) e podem ser distintos dos indicadores de programas, tornando sua apresentação importante para a avaliação do esforço e da eficiência governamental.

A elaboração desse item deve observar as orientações do TCU

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	130	134	148
Próprios	129	134	148
Requisitados	1	0	0
Celestistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	3	3	6
Estatutários	3	3	6
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	52	24	35
Total	185	161	189

Fonte: RH da SR-07/RJ

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	129	3.205.299,92	186.426,51	5.371.898,03	331.244,95	4.530,45
2008	137	4.590.527,48	155.262,46	5.775.240,81	548.250,59	7.513,33
2009	134	6.565.197,11	169.584,71	3.710.690,69	819.190,49	0
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2008	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2009	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	2	*****	42.812,14	*****	*****	*****
2008	4	*****	117.663,64	*****	*****	*****
2009	6	*****	86.662,66	*****	*****	*****
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	1	*****	43.949,74	*****	1.061,34	*****
2008	1	*****	53.055,90	*****	1.279,20	*****
2009	1	*****	56.848,41	*****	2.737,50	*****
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2008	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2009	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: RH da SR-07/RJ e SIAFI

QUADRO TERCEIRIZADO									
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apóio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários		
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	
2007	23	R\$ 396.739,43	7	R\$ 98.165,04	4	R\$ 149.887,44	10	R\$ 26.967,15	
2008	23	R\$ 396.739,43	11	R\$ 120.761,84	6	R\$ 157.384,92	9	R\$ 33.729,53	
2009	23	R\$ 508.097,16	11	R\$ 188.038,56	6	R\$ 202.363,92	12	R\$ 59.541,00	

Fonte: RH da SR-07/RJ e SIAFI

Os Quadros acima contemplam a composição e os custos associados ao Quadro de Recursos Humanos da UJ, próprio e terceirizado, estando dividido em duas estruturas de informação distintas, que se descrevem a seguir.

DESCRÍÇÃO DOS CAMPOS

A primeira estrutura de informação, referente ao Quadro Próprio de recursos humanos da UJ, encontra-se dividida em cinco (5) grupos de informação: Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus); Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus); Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo); Requisitados com ônus para a UJ; Requisitados sem ônus para a UJ. Cada grupo comprehende seis (6) itens de informação referentes aos exercícios 2007, 2008 e 2009, que são:

Qtd. - quantitativo de recursos humanos da UJ;

Vencimentos e vantagens fixas - Valores pagos em R\$ mil a título de vencimentos e vantagens fixas;

Retribuições - Valores pagos em R\$ mil a título de retribuições;

Gratificações - Valores pagos em R\$ mil a título de gratificações;

Adicionais - Valores pagos em R\$ mil a título de adicionais;

Indenizações - Valores pagos em R\$ mil a título de indenizações.

A segunda estrutura, referente ao Quadro Terceirizado de recursos humanos da UJ, está dividida em quatro (4) grupos de informação distintos: Conservação e Vigilância; Apoio Administrativo; Outras Atividades e Estagiários. Cada grupo compreende dois (2) itens de informação comuns, também referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, quais sejam:

Qtd. - quantitativo de recursos humanos da UJ;

Custo - Valores pagos em milhares de reais pela UJ nos contratos de terceirização a título do grupo de informação.

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Contratos de Terceirização

O Quadro abaixo descreve os contratos de terceirização de mão-de-obra para contratação de pessoal de Área-fim, sendo composto de uma única estrutura de informação, que se descreve a seguir:

Observação:

Fonte: RH da SR-07/RJ

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

DESCRICA DOS CAMPOS

A estrutura de informação do demonstrativo é composta pelos seguintes campos:

Nat.: Natureza do contrato, podendo ser Ordinária (O) ou Emergencial (E);

Contrato: Código de identificação do contrato de terceirização adotado pela UJ;

Empresa contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada pela UJ para o fornecimento de mão-de-obra terceirizada;

Vigência do Contrato: Datas de início e fim do contrato de terceirização;

Número de funcionários por nível de escolaridade: Número de servidores suportados pelo contrato de terceirização, descremado por nível de escolaridade (médio ou superior), distinguindo-se, para cada nível o número de contratações previstas no contrato (AT) e a quantidade de funcionários contratada (EF);

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo-Normal (A), Ativo-Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Observação: Medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P.

O preenchimento do Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim deverá ser feito para cada contrato de terceirização que tenha vigido no exercício de 2009, mesmo que encerrado antes do final do exercício.

Para efeito de preenchimento do Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim deve ser observado que as informações devem ser referir à data de 31 de dezembro, no caso de contratos ativos, e à data de encerramento do contrato, no caso de contratos encerrados.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Inexistem tais indicadores na Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro – SR-07/RJ.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

- **Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:**
Há um reduzido número de servidores administrativos e técnicos para as áreas administrativa e finalística, como, por exemplo assistentes administrativos, secretárias, engenheiro civil, contador, economista, administrador, antropólogos, assistente social. Assim, é primordial um estudo com vistas à adequação de nossa força de trabalho para o atendimento de nossa missão institucional.
- **Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:** a área meio apresenta carência de servidores administrativos, bem como de técnicos com formação específica, como, por exemplo, faltam contadores, economistas, assistentes sociais e advogados para atender as demandas da área fim.
- **Desempenho funcional dos servidores e funcionários:** falta uma política de recursos humanos quanto ao processo de avaliação de desempenho funcional e institucional, ocasionando injustiças em alguns casos: por exemplo, servidores que possuem títulos acadêmicos não são beneficiados em desempenho, bem como a gratificação é igual para todos.
- **Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:** A SR-07/RJ tem um quantitativo de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) servidores que já possuem tempo para aposentadoria, e daqui há alguns anos nosso quadro estará defasado. Desta forma, é imprescindível um estudo da força de trabalho com vistas a sua recomposição.
- **Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:** Como mencionado acima, existe a necessidade de renovar o quadro de Recursos Humanos diante da diminuição dos quadros de servidores efetivos, em virtude das aposentadorias, bem como exoneração de novos servidores, o que dificulta o desempenho institucional.
- **Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:** Preliminarmente, deve ser designado pelo menos um servidor de cada unidade organizacional para, juntamente com a área de desenvolvimento humano da Superintendência Regional, traçar uma política de capacitação específica de cada regional, pois os

eventos são pontuais, não desenvolvendo multiplicadores, e muitas vezes com poucos resultados para a instituição.

- **Efeitos dos Planos demissionais, quando existente:** Não há.
- **Impactos da terceirização na produtividade da UJ:** houve uma melhoria na produtividade das unidades organizacionais onde há funcionário terceirizado, diante do baixo quantitativo de servidores de nível médio na SR-07/RJ.
- **Política remuneratória da UJ:** Não há uma política remuneratória que satisfaça à complexidade das ações da reforma agrária.
- **Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:** Não há.
- **Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, quando houver**

Não há terceirização indevida nesta regional, pois todos os contratos são de mão-de-obra que não possuímos em nosso quadro.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Movimento da Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Total	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte:

Não há dados a respeito de Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos para a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro – SR-07/RJ.

4. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O Quadro abaixo contempla os valores acumulados no exercício de 2009 referentes ao pagamento de Restos a Pagar, estando divido em duas partes, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 16.914,87	R\$ -	R\$ -	R\$ 16.914,87
2007	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
...				

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 5.232.207,35	R\$ 1.208.501,21	R\$ 3.781.287,27	R\$ 528.798,85
2007	R\$ 2.530.969,67	R\$ 62.232,16	R\$ 2.167.691,95	R\$ 301.045,56
...				

Observações:

Fonte: SIAFI

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008				
2007				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008				
2007				
...				

Observações:

Fonte:

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Ano de Inscrição: Ano no qual ocorreu a inscrição de restos a pagar pela UJ;

Inscritos: Valores inscritos pela UJ no ano de inscrição;

Cancelados: Somatório dos valores cancelados desde a inscrição dos restos a pagar até o final do exercício de 2009;

Pagos: Somatório dos valores pagos pela UJ até o final de 2009 a título de restos a pagar;

A Pagar: Resultado da seguinte equação: **Restos a Pagar Inscritos – Restos a Pagar Cancelados – Valores Pagos.**

Observações: Relação de atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007

Para preenchimento do Quadro acima devem ser considerados todos os valores executados em 2009, cancelados ou pagos, referentes a cada um dos exercícios anteriores em que houver ocorrido inscrição de restos a pagar.

Análise Crítica

A análise crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores é obrigatória e aplicável a todas as UJ que tenham saldo de RP ao final do exercício de 2009 ou que tenham realizado pagamento a esse título nesse exercício.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado desenvolver, importa que a UJ analise:

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício;
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
- A existência, se houver, de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;
- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP.

5. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Concedente: Nesse campo deverá ser preenchida a UG do órgão concedente constante no Sistema SIAFI, caso o concedente seja órgão da administração direta, ou o seu CNPJ, caso o concedente seja entidade da administração indireta, seguido da denominação do órgão ou da razão social da entidade. Se o concedente estiver operando em consórcio, deverão ser preenchidas tantas identificações quanto as necessária para identificar todos os membros do consórcio concedente.

Preenchido o concedente deverão ser relacionados todos os convênios que lhe são vinculados, os quais terão a seguinte estrutura de informação:

Tipo: Identifica o tipo de transferência realizada, conforme descrição abaixo:

- 1- Convênio - acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partípice, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;
- 2- Contrato de Repasse - instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União;
- 3- Termo de Parceria – instrumento administrativo por meio do qual é realizada a transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790, de 22 de março de 1999;
- 4- Termo Cooperação Técnica - instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente;
- 5- Termo de Compromisso – instrumento pelo qual é realizada a transferência obrigatória de recursos para o PAC, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Identificação da Transferência: Neste campo deverá ser informado o código da transferência registrado no Sistema SIAFI.

Convenente: Neste campo deverá ser registrado o CNPJ, CPF ou UJ do convenente caso o mesmo seja pessoa jurídica, pessoa física ou órgão da administração.

Valor Pactuado: Neste campo deverá ser informado em R\$ mil o valor total pactuado até o final do exercício referente ao relatório de gestão, considerados todos os termos aditivos ao termo original da transferência

Contrapartida Pactuada: Valor da contra-partida financeira ou o valor monetarizado da contra-partida efetuada em bens ou serviços, ou a descrição do bem ou serviço não monetarizável oferecido em contra-partida.

Repasse total até o exercício: Neste campo deverá ser informado em R\$ mil o valor total de recursos transferidos aos convenentes até o final do exercício referente ao relatório de gestão.

Repasse no exercício: Neste campo deverá ser informado em R\$ mil o valor total de recursos transferidos aos convenentes no exercício referente ao relatório de gestão.

Vigência: A vigência está dividida em dois campos: vigência inicial – correspondendo a data de início da execução do convênio; e vigência final – correspondendo a data estimada de término do convênio, considerando-se todos os termos aditivos.

Situação: A situação corresponde ao código de situação do convênio constante do Sistema SIAFI: 0 – Adimplente; 1 – Excluído; 2 – Inadimplente; 3 – Cancelado; 4 – Rescindido; 5 – Concluído; 6 - Inadimplência Suspensa, 7 - Saldo Baixado; 8 – Arquivado

Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado informar, interessa que a UJ informe sobre:

- *Medidas adotadas para sanear as transferências em situação de tipo 2 - inadimplentes ;*
- *Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere.*

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

8. Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

9. Operações de fundos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Orientações para elaboração

Para cada recomendação efetuada pelo Órgão ou Unidade de Controle Interno informar:

1. Número de relatório
2. Descrição da Recomendação
3. Setor responsável pela implementação
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

11B. Determinações e recomendações do TCU

Item 11 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Texto: Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

Objetivo Imediato: Conhecer as providências adotadas pelas unidades jurisdicionadas (UJ) para dar cumprimento às deliberações do TCU expedidas no exercício da gestão ou as justificativas para o não cumprimento das mesmas.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada de quatro formas distintas: a primeira quando o relatório de gestão for apresentado por unidade jurisdicionada individual, a segunda quando o relatório de gestão for consolidado por unidade jurisdicionada, a terceira quando o relatório de gestão for apresentado de modo agregado e a quarta quando o relatório de gestão for consolidado e agregado por unidade jurisdicionada.

Cumprimento das Deliberações do TCU

As informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para dar cumprimento às suas deliberações ou as justificativas para o caso de não cumprimento estão estruturadas em dois (2) blocos de informação (Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU), dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: “Deliberações expedidas pelo TCU”, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e “Providência Adotada”, que apresenta as informações apresentadas pelo gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão ou as justificativas para o seu não cumprimento.

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção da medida					

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: A denominação da UJ é o título dado a unidade jurisdicionada à qual se vincula o órgão/entidade objeto da Deliberação do TCU no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG ou no Sistema Clientela do TCU;

Código SIORG: É o código assinalado no SIORG, para a UJ, quando houver;

Deliberações do TCU

As deliberações são apresentadas como um conjunto informações divididos em duas partes. A primeira parte é composta dos seguintes itens de informação: ordem, identificação do processo, do Acórdão, do item do Acórdão, do tipo da deliberação, da comunicação expedida ao responsável, bem como a identificação dos órgãos e entidades que foram objeto da deliberação e a descrição da deliberação conforme publicada no Acórdão.

A segunda parte comprehende os seguintes itens de informação: identificação do setor responsável pela implementação da providência adotada, a síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento, a síntese dos resultados obtidos com a providência adotada e a análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências e dos resultados obtidos, quando for o caso.

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem: Número seqüencial variando de 1 a n, que serve para identificar internamente as deliberações que serão explanadas pelo gestor;

Processo: Número do processo TCU que deu origem ao Acórdão. Seu formato é 999.999/9999-99, correspondendo os seis primeiros números ao processo, os 4 números seguintes ao exercício de autuação do processo e os dois últimos ao dígito verificador, que serve para testar a validade do número do processo;

Acórdão: Combinação de informações no seguinte formato 9999-99/9999-PL/1/2, sendo os quatro primeiros dígitos o número do Acórdão, os dois seguintes o número da Ata, os quatro em seguida o exercício em que foi proferido o Acórdão, enquanto os códigos PL/1/2 servem para identificar o colegiado que aprovou o Acórdão: PL – Plenário; 1 – Primeira Câmara e 2 – Segunda Câmara;

Item: Item do Acórdão que será objeto da explanação pelo gestor, podendo ser individual ou agregado. O item individual é aquele que não se desdobra em subitens, enquanto o item agregado é o que se desdobra em subitens, os quais também devem ser considerados na explanação do gestor;

Tipo: Tipo da deliberação adotada pelo TCU e poderá ser Determinação (DE), Recomendação (RE), Diligência (DI) ou Cientificação (CI);

Comunicação Expedida: Ofício ou Aviso enviado pelo Tribunal para dar ciência ao responsável sobre o Acórdão lavrado.

Órgãos/Entidades objetos da deliberação: Conjunto de órgãos e entidades destinatários da deliberação proferida

Código SIORG: Código assinalado no SIORG para o órgão/entidade que foi destinatário da deliberação, quando houver;

Descrição da Deliberação: Deliberação constante do item do Acórdão supra referido.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação: Unidade administrativa encarregada de dar cumprimento às determinações e/ou recomendações referidas no item do Acórdão;

Código SIORG: Código assinalado no SIORG para o setor responsável pela Implementação, quando houver;

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento: Síntese da providência adotada pelo setor responsável retro referido ou a justificativa que o mesmo apresenta para o não cumprimento da deliberação do Tribunal;

Síntese dos Resultados Obtidos: Síntese dos resultados decorrentes da providência adotada, até o encerramento do exercício;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Análise crítica efetuada pelo gestor sobre os fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Os atos de concessão de aposentadoria: foram concedidas 02 (duas) aposentadorias no exercício de 2009 na Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro. No tocante às pensões, foram concedidas 13 (treze) pensões ao longo do ano de 2009. Contudo, não houve desligamentos e admissões na SR-07/RJ em 2009.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

15. Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não-executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.
2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas.
3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.
4. a) Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação;
b) Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

INDICADORES DE GESTÃO

Programa 0135 – ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

AÇÃO 4460– OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento						
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Por exercício	Reais/hectare	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. 	ZERO = As atividades relativas à Obtenção de Terras ultrapassam o tempo do exercício.

AÇÃO 8374 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento						
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA(s) federais – Sipra	42,00%

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento						
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	1 - Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 2 - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	71,43%

RESUMO

Licenças Ambientais (LP, LIO e Similares) protocoladas, expedidas e em vigor

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Totais	Totais Gerais	Total de Projetos de Assentamento na SR (PA, PAE, PAF e PDS)	% de Projetos Licenciados	
SR 07 - RJ	LP protocolada	0	0	1	0	0	3	0	1	0	0	0	0	5	5	71,4%	50	42,0%
	LP emitida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7			
	LIO protocolada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
	LIO emitida	0	0	0	0	0	0	3	0	4	0	0	0	7				
	Assentamentos com LP em vigor	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13				
	Assentamentos com LIO em vigor	0	0	0	0	0	3	5	5	5	5	5	8	8				

Ação 2B06 - MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	ZERO*

*JUSTIFICATIVA: A SR-07/RJ teve dificuldades em fechar parcerias para investir nos projetos.

Programa 0137 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

Ação 8396 - IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício– dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	1 - Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; 2 - Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	ZERO*

Obs: Contrato em 23/12/2009 para 14 poços profundos para 506 famílias do PA Zumbi dos Palmares comprometeu 95% do investimento.

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	1- Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. 2 – Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	ZERO*

* - Contrato para construção de estradas (para 64 famílias) e recuperação (para 25 famílias) foi rescindido e ainda não houve nova licitação.

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	1 - Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; 2 - Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	306 (Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício) // 209 (número de famílias assentadas no exercício) $\times 100 = 146,4\%$

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	1 - Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. 2 - Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	1175 parcelas supervisionadas // 2192 parcelas $\times 100 = 53,60\%$

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	54% *

* - Total de 118 contratos

Ação 10YN - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	ZERO = A atividade não foi considerada prioritária em 2009, inexistindo meta a ser cumprida, aguardando a concretização dos pré-requisitos.

Programa 1427 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA

Ação 4470 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	1 - Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR 2 - Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra	17 (PAs com PDA/PRA aprovado) // 69 (total de Assentamentos jurisdicionados) x 100 = 24,64%

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	1 – Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; 2 - Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	2324 (quantidade de famílias atendidas por ATES) // 4774 (Número de famílias dos Projetos de Assentamento) x 100 = 48,68%

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento						
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas*	Atualmente inexistem informações sobre renda média das famílias porque o setor de ATES na SR-07/RJ se estruturou no ano de 2009.

* – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em:
<http://www.inca.gov.br/arquivos/0003602026.pdf> em 22/04/2008, ou norma que a substitua.

Programa 0138 – GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Ação 2114 - SISTEMA DE CADASTRO RURAL

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária						
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. 	3.227.307,253 $\frac{1}{4.369.607,20} \times 100 = 73,9\%$

Ação 2105 - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária						
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. 	<p>2 processos de 2008 (Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício) // 13 processos (Número de processos de certificação protocolados no exercício) x 100 = 15,38%</p>

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

Ação 2110 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária						
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 	0 (Número de imóveis regularizados e titulados) // 19 processos (número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado) x 100 = 0%

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

Programa 0139 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa						
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	

Ação 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa						
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1.184 (Número total de horas de treinamento recebidos pelos funcionários) // 133 (quantidade total de funcionários por nível de agregação) = 9 h(funcionários)

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa						
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	34 (quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação) // 133 (quantidade total de funcionários no nível de agregação) x 100 = 25,56%

Indicador	Descrição	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Area: Gestão Administrativa						
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/ Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Não se aplica à SR-07/RJ uma vez que não houve visita da Auditoria Interna na Superintendência Regional no ano de 2009.